

Texto 2- As principais contribuições do pensamento sociológico clássico

Prof^a. Neusa Meirelles Costa

UNIP-SP, ICSC/ ICJ

Apresentação

Esse texto de introdução ao pensamento sociológico clássico apresenta alguma complexidade: procurou-se situar a Sociologia no âmbito das tendências de constituição da ciência moderna, para só então tratar os autores considerados “clássicos” e suas respectivas contribuições.

Recomenda-se paciência ao leitor, psicólogo e pedagogo: a leitura da Parte I do texto deve ser feita como se fosse a de uma estória, ou da trajetória da formação da Sociologia. Dessa forma, o leitor verá que a Sociologia não apareceu como se fosse um cogumelo depois da chuva, mas sim que ela decorreu de questões complexas, emergentes no convívio social na Europa do século XIX, no contexto da industrialização.

Quando a Sociologia aparece, na elaboração de Augusto Comte, ela trazia o ranço do ambiente intelectual da época, sobretudo a crença na ciência para “solucionar” as contradições que abalavam a sociedade burguesa de então. Essa preocupação em estabelecer uma “ordem” social aparece no pensamento de Comte, mas também nas elaborações de Durkheim e de Weber, tanto no que respeita ao conteúdo, quanto no que respeita ao método. Marx não era sociólogo, mas sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento da Sociologia, uma vez que seu método permitiu investigar as contradições presentes na sociedade burguesa para além da aparência.

Na Parte I desse texto foram colocados cinco problemas “concretos” que o pensamento científico sobre o social enfrentou, no período que se estendeu do século XVIII ao final do XIX. A esses “problemas” as abordagens clássicas apresentaram respostas, instaurando um campo de conhecimento denominado Sociologia.

A Parte II do texto apresenta as principais contribuições dos autores clássicos, em especial as de Durkheim, Weber, e de Marx (que não era sociólogo), conforme indicações do Programa Oficial da disciplina.

Parte I- A formação de uma ciência do social: Sociologia

É possível dizer, simplificando, que a *Sociologia é uma ciência do social, para entendê-lo e controlá-lo*, “mas, e daí?” Perguntaria um aluno inteligente, “o que vem a ser ciência, o que vem a ser social, o que significa entender essa coisa, e o controle, hein? Por quê?” São essas questões que são tratadas neste texto, mais ou menos nessa mesma ordem, começando pela formação de um modo especial de desvendar os segredos da natureza e do mundo, e possivelmente interferir, na natureza e no mundo com certo grau de sucesso. Esse “modo especial” se chama ciência, e segue em paralelo ao conhecimento cotidiano, ou de senso comum...

A formação de uma ciência chamada Sociologia foi sendo construída ao longo do tempo a partir de questões teóricas, mas respondendo a situações emergentes na vida

social, portanto com um sentido igualmente prático, e até instrumental. Por isso é enganoso tomar a Sociologia como “teórica”, ou correspondendo a opiniões, assim como também confundi-la com posturas políticas, como faz aquela pessoa mal informada.

Quanto ao senso comum, trata-se de uma modalidade de conhecimento, ou de uma modalidade de entendimento da vida social e da natureza sem qualquer compromisso com o modo de conhecer da ciência, mas nessa modalidade de conhecimento são apoiadas muitas das “certezas” do cotidiano, as quais se mantêm ao longo de gerações. Ele integra a tradição cultural, mantém vínculos com o mito, com a religião, e também com a política, especialmente no âmbito ideológico, dado que o senso comum expressa uma concepção de mundo.

A partir do Iluminismo, no século XVIII, e especialmente do XIX em diante, o pensamento racional foi conquistando “corações e mentes”, como forma de entender o mundo. Então, a ciência passou a ser “a” explicação aceita como “a verdade”, uma forma desencantada de perceber o mundo, a vida social e os outros. Desde então a qualificação de “científico” passou a ser utilizada para atestar a veracidade de explicações, embora algumas fossem equivocadas, ou ocultassem interesses políticos. Um exemplo histórico nesse sentido é a “verdade da pureza racial” da “raça ariana”, fundamental ao Nazismo alemão.

Muitas das “certezas” em que se baseiam certas práticas profissionais estão fundamentadas em aparências e em suposições sobre o Outro (o público). Outras se apresentam como proposições consideradas verdadeiras porque se apóiam em observações, em investigações sobre o comportamento aparente de um público ou da economia, em determinado momento e sociedade. Essas proposições são generalizadas para distintos momentos e sociedades, constituindo um corpo de “certezas” sobre os desejos do Outro, tendências de comportamento, valores e até características de personalidade, utilizado com finalidade prática.

Todavia, entre o conhecimento científico, o senso comum e o conhecimento prático (aplicado) há distinções significativas, além de critérios de verdade distintos: Para o senso comum não se coloca a questão do critério de validação do conhecimento; para a ciência, no âmbito do conhecimento científico essa é uma questão central; para o conhecimento prático, aquele que visa à aplicação, instala-se outro critério, em acréscimo àqueles do conhecimento científico, qual seja, o de sua utilidade, validade científica e ética para a aplicação.

Essas três modalidades de conhecimento estão instauradas na vida cotidiana e profissional contemporâneas. As três (o conhecimento científico, senso comum e conhecimento prático, aplicado) têm constituição histórica, aparecem articuladas, em transposições, dispersões e combinações nem sempre verdadeiras, compondo um dispositivo de entendimento do mundo, da sociedade e do outro (Foucault, 1988). As três modalidades aparecem como discursos, estão direta ou indiretamente relacionadas ao poder, fundamentam as práticas sociais, e de modo particular, a constituição de sujeito em sociedade.

O conhecimento científico, herdeiro do Iluminismo, ou Esclarecimento, instaura um sujeito racional na relação de conhecimento de “algo” situado como seu “objeto”. Essa relação de conhecimento pressupõe distanciamento entre sujeito de conhecimento e seu objeto, embora envolvido em condições especiais quando se tratam de relações intersubjetivas, (entre sujeitos) presentes nas ciências sociais.

A crença no poder da razão e da ciência levou à crença de que o conhecimento conduziria ao progresso da sociedade, a uma vida mais digna, e em liberdade. Contudo, o

Nazismo veio mostrar que nem sempre a ciência conduz a esses objetivos. Hoje se entende que o desenvolvimento do conhecimento científico tem profundas implicações políticas, que se projetam para o campo dos valores, ou da ética.

1.2. O aparecimento da Sociologia: as heranças

Quando a Sociologia surge no século XIX ela se insere na trajetória de constituição da ciência moderna, que vinha do séc. XVI para o XVII, incorporando a racionalidade iluminista e concepções e metodologias já constituídas, para as ciências da natureza. Nessa herança de constituição da ciência três nomes são fundamentais: Bacon, Newton, e Descartes. [Leia na figura abaixo alguns elementos da contribuição de Newton, e como Bacon e Descartes caracterizam seus respectivos métodos].

Tanto para os pedagogos, quanto para os psicólogos é importante acentuar que as contribuições desses autores estão presentes hoje, nas mais simples utilizações das respectivas áreas. Por exemplo, um quadro de rendimento escolar associado às faltas dos alunos só é possível pela contribuição de Descartes (essas tabelas de dupla entrada são “quadros” cartesianos); os experimentos de Psicologia têm forte influência da indução baconiana, enquanto o tratamento estatístico dos resultados se apóia na matemática de Newton e outros.

 <p>Francis Bacon (1561-1626)</p> <p>"Meu método, tão difícil de praticar, é fácil de expor: Proponho estabelecer progressivos estágios da certeza. Retenho a evidência do sentido selecionada por certo processo de correção. Mas a operação mental que segue o ato do sentido, na maioria das vezes eu rejeito, e em vez disso abro a mente para prosseguir em um novo caminho, começando diretamente da simples percepção sensorial." Bacon, Francis. <i>Novo Organum</i> (1620). Introdução. http://www.Luminarium.org/seventlit/bacon/bib.php</p>	 <p>Sir Isaac Newton (1642-1727)</p> <p>Relação entre cálculo diferencial e integral, Lei da gravitação universal</p> <p>"Matéria atrai matéria na razão direta das massas e na razão inversa do quadrado das distâncias"...</p> <p>Esses autores formam a base da ciência moderna: o método de indução sistemática em Bacon, a matemática como recurso para desvendar o universo e o movimento (Newton) e o racionalismo (Descartes).</p>	 <p>René Descartes, (1596-1650)</p> <p>"Penso, logo existo"...</p> <p>"Porém o que me dava mais contentamento neste método era que, com ele, tinha mais segurança de empregar minha razão em tudo, se não perfeitamente, pelo menos melhor que estava ao meu alcance. Sem contar que, aplicando-o, sentia que meu espírito ia se acostumando pouco a pouco a conceber os objetos com maior clareza e distinção." Descartes O Discurso sobre o Método, 1637. moderna/descartes/textos/desc_discur_1.htm</p>
--	--	--

Outra “herança” da Sociologia vinha do Liberalismo Econômico e Político, especialmente de Adam Smith (já mencionado) e David Hume (dois autores do século

XVIII), ambos favoráveis ao mercantilismo, ou capitalismo comercial na formação da riqueza das nações. [Leia na figura abaixo alguns elementos do pensamento desses autores]

Até agora foram apontadas as tendências de pensamento (burguês) que levaram à constituição da ciência moderna, e que a Sociologia herdou para se constituir como ciência, em pleno final do século XIX. O pensamento burguês implica um profundo sentido de liberdade (de comércio, de religião, de escolher a forma de governo e os governantes), embora algumas dessas liberdades não fossem estendidas a todos, mas essa é outra estória...

Você que está me acompanhando, deve estar pensando “mas o que tem a ver o pensamento burguês com a Sociologia?” Em uma palavra: tudo. A Sociologia é uma ciência burguesa, no sentido de que ela surgiu do pensamento burguês (aliás, como todas as ciências), e surgiu em um momento em que a burguesia já detinha poder. Um período histórico pós-revoluções inglesa e francesa e em meio da revolução industrial. Todas essas revoluções têm a “mão” da burguesia, são adequadas aos seus objetivos econômicos, políticos desde que dentro de uma dada ordem social.

Adam Smith, autor de A Riqueza das Nações, 1776
Liberalismo Econômico



Adam Smith.
Granger Collection, N.Y

**Adam Smith,
liberalismo
econômico**

“Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu próprio ‘auto-interesse’ A.S. Sua obra é uma crítica ao controle estatal sobre a atividade econômica. Para Adam Smith, o interesse egoísta dos produtores e comerciantes levaria à concorrência, como se fosse uma “mão invisível”, tendendo ao equilíbrio em benefício de todos

“Tudo que é, pode não ser, e não há contradição implicada nessa proposição. A inexistência de um ser, sem exceção, é uma idéia também clara e distinta de sua existência. A proposição que afirma que ele não existe, mesmo que seja falsa, não se concebe menos do que a que diz que ele existe. O caso é diferente para as ciências propriamente ditas. Toda proposição que não é verdadeira é confusa, e ininteligível (...) Então pode-se provar a existência de um ser pelos argumentos tirados de sua causa ou de seu efeito. (...) É somente pela experiência que conhecemos a natureza e os limites da causa e do efeito, e nos tornamos capazes de inferir a existência de um objeto, da existência de outro”. David Hume.
<http://www.aide-en-philos.com>

**Hume empirismo
radical,
fundamental às
ciências...**



David Hume
Scottish National Gallery
Edimburg



**Locke (empirismo
e liberalismo
político)**

“Todas as idéias vêm da sensação ou da reflexão. Suponhamos então que a mente seja como um papel em branco, limpo de toda inscrição, sem nenhuma idéia (...) De onde tira todo esse material da razão e do conhecimento? Respondo com uma só palavra: da experiência; está ali fundamento de todo conhecimento, de onde, em última instância ele deriva”. Locke. Ensayo sobre el Entendimiento Humano
<http://www.webdianoia.com/moderna/locke>

**Autores básicos do pensamento
moderno, e fundamentais à ciência
moderna.**

Quais são então as bases desse modo burguês de ver “as coisas” da vida, da morte, do trabalho, da riqueza, “da política” e do Estado, de ver a si próprio e ao outro, que, consolidado no século XVIII, permanece com reformulações até hoje? Essa questão é muito ampla, e mesmo para expor apenas alguns aspectos, é preciso contar com a paciência do leitor:

A base do pensamento burguês foi construída sobre duas tendências: o Iluminismo, representado na concepção do homem como ser racional, apto a desvendar os segredos da natureza, da sociedade, e assim controlar a política e o Estado; o Liberalismo, representado pela iniciativa privada na economia, na condução dos negócios e nas relações entre governos e setor privado. As duas tendências foram articuladas ao longo da história, às vezes de forma relativamente incoerente.

Contudo, eleger a Razão como condição na construção do conhecimento não significou que essa Razão fosse se tornar efetivamente a base das relações sociais ou políticas mais adequadas, atendendo aos reclamos de todos os envolvidos. Isso porque o colonialismo e a industrialização forçavam a emergência de diferenças sociais reais e ampliadas no século XIX.

Essas diferenças se mostravam tanto na sociedade europeia, com a revolução industrial, quanto entre os países europeus e suas colônias. Nesse quadro, entender as diferenças, e encontrar mecanismos para articulá-las convenientemente tornou-se um problema de caráter teórico e prático, além de ser econômico e político, de cujo encaminhamento satisfatório dependia o sucesso da empreitada colonial, e de certo modo, a industrialização. Foi esse ambiente que propiciou o aparecimento de uma modalidade de reflexão que toma “o social” como centro de indagação, tendo por objetivo entender e instaurar certos controles sobre a ordem social.

Exatamente foi esse último termo, a tal “ordem social” que deu origem à Sociologia, porque a sociedade que se formava na França, nas Colônias, no Reino Unido, nos USA, e até no Brasil, com as transformações em processo, gerando contradições e lutas, era tudo, menos uma ordem (pelo menos uma ordem social que atendesse aos interesses da burguesia industrial em expansão colonial).

1.3. Iniciando uma ciência do social

Existindo então a confiança na razão e na ciência, estabelecidas desde o século XVIII, quais questões que se colocavam, ao longo do século XIX, para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais? Correndo o risco de simplificar exageradamente o tema, pode-se dizer que essas questões envolviam cinco problemas:

a) Se a sociedade humana se apresentava diferenciada em cada lugar, ou culturalmente distinta tanto na língua quanto no modo de agir, pensar, viver, como então aplicar regras gerais, universais ao conhecimento do social?

b) Se a vida social é histórica, o tempo é um dado fundamental aos temas pesquisados. Pode-se então utilizá-lo para explicar o passado, mas, e para prever e controlar a direção do futuro?

c) Se as sociedades se apresentam diversas, haveria um princípio ordenador dessa diversidade, leis sociais ou estímulos que explicariam as diferenças?

d) Se o pesquisador ou cientista social se insere na sociedade que investiga, nos problemas e nas questões que investiga, ele não contaminaria a “pureza” das ciências, esse fato não tornaria as ciências humanas e sociais ciências menos objetivas, ciências menores?

e) Se em uma mesma sociedade, há diferentes modos de viver, interesses distintos, contradições entre eles, seria possível à ciência encontrar um denominador comum a todos, e estabelecer cientificamente uma ordem social?

1.3.10 primeiro problema:

Nessa questão convergem duas tendências mencionadas: pela observação empírica constatava-se a diferença, mas apelando ao racionalismo eram buscadas hipóteses e categorias gerais que permitissem classificar e explicar as diferenças. Esse problema remete para o método de conhecimento aplicável.

No final do século XVIII, o idealismo kantiano vem emprestar ao problema um

encaminhamento praticamente definitivo: a construção da ciência se daria a partir de uma razão crítica, ou seja, uma crítica da lógica das categorias e juízos aplicados à observação empírica; enquanto uma lógica da razão prática seria aquela destinada a subsidiar as ações (ética) e preceitos (moral).

As ações fundamentais à construção da ciência seriam dadas pelos verbos: *Descrever*, *Explicar* no âmbito do idealismo kantiano. Um aspecto essencial do idealismo kantiano é estabelecer a diferença entre fenômenos da natureza e as ações, individuais e em sociedade, enfim, a história. A ciência deveria se ocupar do primeiro grupo, enquanto a moral e a ética do segundo.

Essa tendência filosófica se projeta até os dias atuais, e boa parte dos estudos descritivos tem base kantiana. A ciência para Kant se faz pela aproximação entre as idéias (gerais) e a experiência do mundo (particulares). Isto significa que o conhecimento científico é possível, na medida em que as idéias (formas dadas à razão humana) se apropriem dos dados da experiência (conteúdo sensível).

A ciência é possível ainda porque ela deve se ocupar dos fatos que aparecem no espaço e no tempo (fenômenos) e que se oferecem ao exame reflexivo, crítico. Ela se ocupa da existência dos fenômenos, ou melhor, daqueles existentes, passíveis de serem submetidos aos processos de investigação. Consequentemente *a realidade investigada será aquela tal como se apresenta (representa) na mente humana, por um caminho lógico e racional, mas não a realidade em si.* [Veja a figura]



Immanuel Kant
(1724-1804)

Em Kant encontra-se a possibilidade de a razão "ordenar" a realidade sensível a partir de categorias lógicas, e de um complexo jogo de juízos, inclusive (ou principalmente) aqueles que instauram a possibilidade de relacionamento entre fenômenos (fundamento lógico das hipóteses).

A filosofia de Kant, denominada por ele de Idealismo Transcendental, abrange: o campo de investigação para desenvolvimento da ciência, ou uma Crítica da Razão Pura, e o campo de conhecimento e discussão das ações em sociedade, que Kant situa na esfera da ética e da moral, focalizando-o sob denominação de Crítica à Razão Prática. Nesse segundo campo, o único princípio universal possível de ser apontado seria, para Kant, o preceito "agir de tal forma que a ação possa ser tornada uma lei universal", o que significa dizer em outras palavras, "Não façais aos outros aquilo que não quereis que vos façam", um preceito de origem cristã.

A noção de "fenômeno", fundamental ao campo da Psicologia, tem origem no pensamento de Kant (mas foi desenvolvida posteriormente). Na Pedagogia, quando se pensa em "aprendizagem" também se tem como referência um "fenômeno", que precisa ser caracterizado de alguma forma (acertos em testes, por exemplo); em Sociologia, quando se pensa em "preconceito" também se tem por referência modalidades de comportamento social que manifestam o "fenômeno" preconceito.

1.3.2 Segundo Problema: Prever

Como prever tendências na sociedade? Como seria possível passar de um estado da sociedade para outro? Enfim, como prever a mudança (histórica) em uma sociedade?

Em parte as questões práticas desse problema estavam resolvidas com a utilização da matemática para as projeções e estimativas (a idéia de função, o quadro cartesiano e outros instrumentos mais complexos) que já haviam sido utilizados por Smith, Turgot, Malthus, Ricardo dentre outros.

Restava entender o sentido do desenvolvimento da sociedade, entender, por exemplo, quais as mudanças sociais e econômicas que a industrialização estava promovendo, entender o porquê de a Revolução Francesa não ter conduzido a França à estabilidade política, mas a um suceder de mudanças políticas, e finalmente ao Império

Napoleônico. Esses são temas que dependem de entender a dinâmica da história, quais são seus fatores atuantes, também denominados “forças atuantes”.

Duas tendências teóricas e filosóficas se instalam no século XIX e permanecem: o idealismo hegeliano e o marxismo, ambas influem decisivamente na construção do campo de saber das ciências sociais e humanas. Nos itens abaixo são fornecidas algumas “pinceladas” dos dois sistemas filosóficos, que têm vários pontos tangentes, mas que para simplificar, pode-se dizer que em Hegel encontra-se uma versão idealista da dialética, baseada nas idéias; em Marx encontra-se uma versão materialista da dialética, baseada nas condições concretas do cotidiano. Para simplificar ainda mais, chegando quase à caricatura, pode-se dizer que, para Hegel, os homens vivem como pensam, e para Marx, eles pensam como vivem.



Georg F. W. Hegel
(1770-1831)

Filósofo alemão, sua contribuição fundamental às ciências sociais está em conceber a realidade social, as idéias, as estruturas sociais como modificáveis ao longo da história em movimento: "A história universal nada mais é do que a manifestação da razão".

Para ele, profundamente influenciado pela Revolução Francesa, pelo período napoleônico, que a seguiu, o fluir da história segue na direção daqueles que melhor expressam a Razão ou o Espírito nas condições daquele momento. Desse modo, os vitoriosos estão mais próximos de expressar o espírito do tempo, que os vencidos. Por conseguinte, a força empregada na vitória não implica necessariamente opressão de direitos, mas a expressão do tempo, da razão ou do Espírito. Enfim, para Hegel, "o real é racional", e a razão se manifesta na realidade.

Um aspecto subjacente a essa concepção consiste na incorporação do movimento como uma lógica particular da história. Essa lógica (no sentido da trajetória do movimento que conduz às mudanças da história) caracteriza-se pela contradição entre o que era, e o que está por ser (ou aparecer); trata-se, portanto de uma lógica dialética.

Em resumo, qual a concepção de história para Hegel? A história é dialética para Hegel, mas dotada de um sentido, o de expressão da razão ou do Espírito, portanto ainda, uma dialética idealista. A consciência dos homens caminha para o aperfeiçoamento e liberdade, mas no plano da consciência, independentemente de os homens estarem, ou não, submetidos a condições objetivas de privação de direitos.

O movimento da história perpassa as consciências, elas também inseridas na história em direção a um absoluto, que não é completado nunca, uma vez que a um término instala-se uma nova contradição, um dever que se desloca novamente, em nova superação.

A relação entre o senhor e o escravo ilustra a concepção dialética de Hegel, ao mesmo tempo em que expõe os conceitos de “consciência em si” e “consciência para si”, ambos utilizados na Psicologia, e por teóricos das Ciências Sociais. Trata-se de uma relação entre sujeito e o Outro, na qual existe um vínculo de dependência, que pode ser afetivo, mas frequentemente a relação é mediada por alguma dimensão institucional; as mulheres espancadas pelos maridos, e que não se desligam deles, ou que retiram as queixas apresentadas à Delegacia, são um exemplo.

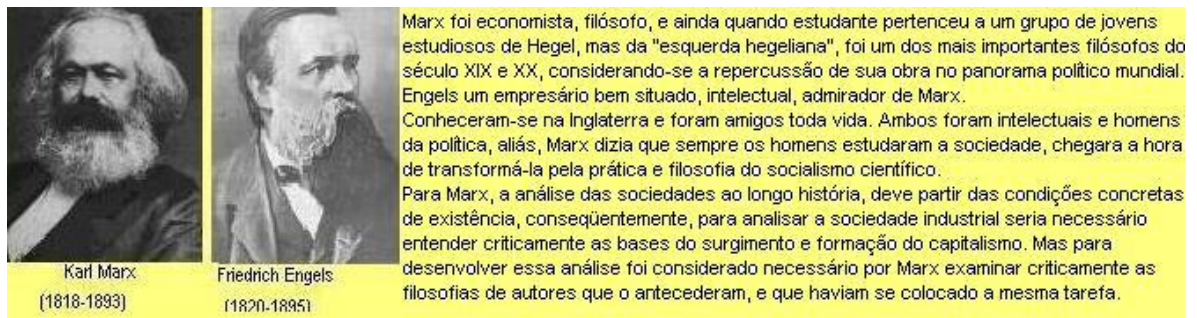
Em poucas palavras: o senhor é uma consciência “por si” mesma, contudo essa consciência só o é por si na medida do reconhecimento do escravo. O senhor depende do escravo para se prover de tudo, portanto sua consciência de si está na dependência do outro (escravo), na mediação com ele, com esse “alguém possuído”. O escravo, por sua vez não depende do senhor para estabelecer suas relações com as coisas, com o mundo, mas se submete ao senhor porque precisa viver. O escravo não depende do senhor, mas dessa dependência que ele, o senhor, tem de seu trabalho.

Consequentemente é o escravo que pode desenvolver uma consciência para si, e por ela chegar a se libertar. Nessa trajetória seu trabalho, como relação com a natureza e com o mundo, é que lhe permite desenvolver essa consciência de si, o que seria impossível ao senhor, exceto tornando-se independente do trabalho do escravo, mas

então ele não seria mais senhor.

Enfim, dialética idealista hegeliana se apresenta como movimento intrínseco à história (imanente, diriam os filósofos). Os homens podem apreender esse movimento, mas as contradições serão apreendidas pela Filosofia quando já se mostram “envelhecidas”, e não podem ser “rejuvenescidas”. A consciência só pode então as reconhecer, ou como diz Hegel: "Quando a Filosofia, pinta de cinzento o cinzento, é que uma forma de vida envelheceu e não se deixa rejuvenescer pelo cinzento sobre o cinzento, no que apenas se faz reconhecer. A coruja de Minerva [Sabedoria] só alça vôo ao cair da noite".

Hegel trouxe contribuições fundamentais para trabalhar com temas como, Estado, Sociedade Civil e Direito, ele sem dúvida incorpora o tempo em movimento (a história) no plano do vivido, mas não focaliza as condições objetivas e materiais presentes nessa dinâmica da história. Esse será um tema central à obra de Marx.



Em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, (fonte virtual), Marx explica: "Não é necessário assegurar ao leitor familiarizado com a Economia Política que minhas conclusões são o fruto de uma análise inteiramente empírica, baseadas em um meticuloso estudo crítico da Economia Política." Quanto aos autores, Marx cita Hess, Engels e Feuerback, considerando os trabalhos deste último (socialista e materialista alemão) "os mais certos, profundos, extensos e duradouros em sua influência; eles são os únicos, desde a Fenomenologia e a Lógica de Hegel que contêm uma verdadeira revolução teórica".

Pode-se notar no texto que a fundamentação empírica (entrevistas, dados, exame de documentos e outras informações) foi fundamental ao trabalho desenvolvido por Marx. Desse modo, a postura teórica, o método materialista histórico e dialético, não constitui uma proposta apoiada em uma interpretação pessoal ou doutrinária da realidade, mas uma construção teórico-empírica, que subsidia a leitura crítica desses dados. Nesse sentido o materialismo histórico dialético é um método, porque é um caminho de construção da análise e da crítica da realidade. E a ciência, já ensinava Marx, está além da aparência...

As relações entre a concepção dialética idealista (Hegel) e a materialista (Marx) na análise da história são mais complexas que podem parecer: é um engano supor que sejam radicalmente opostas, porque na verdade, há elementos comuns entre elas, e isso fica bem claro na leitura de Arthur Giannotti (1985) sobre o trabalho.

A influência desse método nas Ciências Sociais não se deu por acaso: a exigência de explicação, o questionamento diante dos processos sociais, que é uma característica desse campo de saber, desde seu aparecimento, não encontrava respostas convincentes nas proposições doutrinárias de certos autores, ou nas descrições da aparência sensível de outros. Essa insatisfação foi prenunciada por Marx em relação à economia, assim

como a necessidade de ir buscar explicações.

Enfim, a contribuição de Marx e Engels às ciências sociais foi de fundamental importância para constituição desse campo de saber. É inegável que ambos se valem de noções correntes no século XIX, inclusive a idéia de “lei”, e de um apelo ao “científico”, adjetivo que cumpre a função de validar o que está sendo exposto.

Essas marcas do século XIX encontradas nos textos dos dois autores já foram há muito superadas no campo das ciências sociais, e de forma mais radical com a obra “As Palavras e as Coisas”, de Michel Foucault, em 1966. Mas esta é outra história...

1.3.3 Terceiro Problema:

Como explicar cientificamente as diferenças sociais, classificá-las e as ordenar em um contínuo racionalmente estabelecido? Para corresponder ao desafio da questão dois verbos seriam fundamentais à atividade científica: classificar e ordenar.

Essa é a origem das teorias sobre “povos” e “raças” descobertos ao longo da colonização, descritos em crônicas de viagens, de climas, da natureza e hábitos dos habitantes desses “lugares distantes”. De início, tais relatos despertavam apenas a curiosidade européia, depois se desenvolve a teoria do “bom selvagem”, aquele homem puro, não conspurcado em suas ações pelo ambiente, práticas e valores da “civilização”. Paulatinamente desenvolve-se a partir daí um campo de saber que foi bastante útil ao colonialismo: a Antropologia.

A relação entre o “diferente” e o “comum”, ou entre “diferente” e “normal” estava contida na reflexão de vários autores, e se torna um tema recorrente do final do século XVIII, avançando pelo XIX e XX.

De início esse tema é desenvolvido a partir de uma visão eurocêntrica do mundo: “diferente” era o povo “não-civilizado”, ou seja, aquele homem ou povo “não-europeu”. Essa visão do Outro a partir do próprio umbigo, compreendia também ordenação e classificação de aspectos culturais e de povos, entre primitivos e civilizados, em superior e inferior, elementar e complexo.

Dois autores são fundamentais no encaminhamento da questão da ordenação: Herbert Spencer e Augusto Comte, ambos do século XIX. Em ambos encontram-se as bases para admitir uma passagem do simples ao complexo. Em Spencer, uma linha evolutiva; em Comte uma lei do progresso, ou de sucessão de três estágios.

Spencer foi filósofo, precursor das ciências sociais e da psicologia: publicou *The Principles of Psychology* (1870-1872), e três volumes de *The Principles of Sociology* (1876-1896). Spencer admitia similaridade entre natureza e sociedades humanas, ambas apresentando um percurso evolutivo do simples para o complexo, do homogêneo para o heterogêneo, traçando uma linha evolutiva: das hordas primitivas, para as sociedades mais simples, baseadas na força das armas (sociedades militares), até a sociedade industrial, cuja coesão social baseava-se em um contrato voluntário entre seus membros. Uma vez que o contrato é voluntário, Spencer considerava o sistema liberal como o mais adequado para manter a liberdade e a ordem social.

O processo evolutivo para Spencer é ao mesmo tempo interno (das consciências, da motivação dos homens, de boa vontade) como externo (uma força que está presente na natureza, embora não se possa estudá-la, por si mesma). Para Spencer a atividade, a determinação com que as pessoas se empenham para superar as dificuldades, e principalmente a guerra, seriam condições básicas para esse processo evolutivo, que ele identifica como Progresso. Diz ele:

“Supõe-se que o progresso social consista na maior e mais variada produção dos objetos necessários à satisfação das nossas necessidades, na crescente segurança pessoal e da propriedade e na amplitude concedida à liberdade de ação. Todavia, o progresso social, rigorosamente entendido, consiste nas transformações de estrutura do organismo social, causa donde derivam as consequências que se observam. (...) Não obstante, para bem se compreender o progresso, devemos investigar a natureza de tais transformações, com absoluta independência da nossa individualidade. (...) A lei geral que se descobre na evolução do organismo social também aparece, com a mesma evidência, na evolução dos produtos do pensamento e da atividade dos homens, — sejam concretos ou abstratos, sejam reais ou ideais”(Spencer, fonte virtual)

A semelhança entre a noção de evolução em Spencer e a de Darwin para a natureza sugere um intercâmbio entre eles, todavia isso não ocorreu; embora Spencer seja considerado “o pai” do Darwinismo social, sua obra antecede à publicação da obra de Darwin. É interessante observar que para Spencer a noção de evolução está associada à complexidade social, e tem como ponto máximo, até aquele momento, a sociedade européia. Essa postura, que se afinava com o ambiente intelectual de seu tempo, demonstra preconceito, não obstante ainda hoje sejam ouvidos argumentos “darwinistas” explicando a globalização. Observe-se ainda que nos termos desse conceito de “evolução social”, a história se revela como um processo de certo modo naturalizado, relativamente independente das condições internas da própria história.

Augusto Comte foi o fundador do Positivismo e inventor da palavra “Sociologia”. Para ele, a realidade social é passível de conhecimento e, a exemplo do mundo natural, também é possível desvendar as “leis naturais” que regulam o movimento social, ou a “marcha da civilização”; mas segundo Comte, essa finalidade só seria atingida com emprego do método positivo, conforme apontado no quadro abaixo; outros aspectos do pensamento comteano são apresentados na Parte II.



Auguste Comte
(1798-1857)

Para Augusto Comte, a Sociologia se apresenta como a ciência que tem por objeto os fenômenos sociais, e que tem por objetivo “explicar diretamente, e com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana”. Ela se destina a ver, “no estudo aprofundado do passado, a verdadeira explicação do presente e a manifestação geral do futuro”. (Comte:1982)
Subjacente a essas palavras está uma concepção de história como linha evolutiva chegando ao presente, considerado como “a civilização”, e cujo estudo “permite compreender seu verdadeiro caráter”. (Morais: 1982) Há também um sentido prático no conhecimento sociológico, da perspectiva positivista de Comte, “conhecer a realidade para melhorá-la”, é uma das formas utilizadas para expressar essa ambição da nova ciência, por ele denominada Sociologia, em substituição à expressão antes utilizada de Física Social.
Para ele, a ciência do social deveria abandonar a busca das causas, e centrar a investigação nas leis naturais invariáveis, reveladas pela observação sistemática dos fatos, e pelas relações estabelecidas entre eles. Dessa forma seria atingida a positividade dos fatos e relações verificados.

As duas tendências, o positivismo (Comte) e o darwinismo social (Herbert Spencer) são profundamente relacionados ao desenvolvimento das ciências biológicas, e vinculados tanto ao iluminismo quanto às tendências do empirismo e evolucionismo. Ambas as tendências se contrapõem ao idealismo de Kant e Hegel porque incorporam a história, mas basicamente sob hipóteses de correspondência entre a dinâmica da vida biológica e a dinâmica do social. Portanto, tendências que aceitam como hipótese fundamental a história se revelar como sucessão de estágios, do mais simples ao mais complexo, presididos por regularidades ou “leis sociais”. Trata-se então de uma história “naturalizada”, sequencial, construída por “antecedentes e consequências”, e cujos estágios “de civilização” alguns autores dos séculos XIX (Spencer) e do XX (Toynbee)

nomeiam como “nascimento, auge, decadência e morte”.

Em contrapartida, as tendências positivistas traziam em seu contexto grande preocupação com o “controle social”, portanto com a aplicação dos conhecimentos a problemas práticos: organização do espaço urbano, vacinas e saneamento, dentre outras medidas que poderiam ser tomadas em conjunto pela propriedade privada e Estado, com finalidade de “manter a ordem” e promover o progresso. (tal como aparece em nossa bandeira)

1.3.4 Quarto Problema

Esse problema está relacionado à “natureza científica” das ciências humanas e sociais. Visto que o pesquisador investigador ou cientista está envolvido nos problemas e nas questões que investiga, ele não contaminaria com seus valores as observações e dados da pesquisa? Esse problema permanece para alguns ingênuos, mais desavisados, ou para aqueles preocupados em estabelecer “hierarquias” nas ciências, apesar de o desenvolvimento das ciências biológicas e do avanço da física, nos séculos XIX e XX tenham mostrado a falácia (inverdade) desse questionamento.

Na verdade, pretender que uma ciência assuma a posição de método e procedimentos investigativos de outra, cujo objeto de conhecimento é distinto, é supor que não haja distinções substantivas entre objetos de conhecimento, o que não é verdade: um biólogo pode observar um formigueiro, ou colocar a formiga viva ou morta na lâmina de um microscópio, mas esses procedimentos não vão assegurar a objetividade de suas observações. Afinal, quem disse que em um formigueiro existe “rainha” e “operárias”? As formigas, ou a projeção que o biólogo fez de padrões da sociedade humana para aquele conjunto de formigas? Essa projeção é objetiva?

Se as ciências sociais pretendessem apenas descrever a realidade observada e explicá-la a partir dos elementos observados, ou fatos como queria Durkheim, ainda assim não estaria garantida a isenção de “tubo de ensaio”, como queria Durkheim. (e sua obra confirma isso). A “objetividade” não é garantida pelos procedimentos, mas pela postura ética do pesquisador na concepção, manuseio e aplicação dos instrumentos de pesquisa, adequados e coerentes com o “objeto”.

Por seu turno, o “cientificismo” como garantia de uma verdade absoluta não se aplica às ciências sociais e humanas, simplesmente porque as sociedades são históricas, compreendem práticas sociais, dinâmicas e interesses emergentes, e envolvem a comunicação (o que não existe em nenhuma outra ciência). As ciências sociais podem, e se utilizam de instrumentos e recursos de enumeração e projeção (estatística) utilizados em outras ciências, mas isso não garante a coerência dos resultados. Caso os instrumentos não sejam adequados, os resultados podem ser preconceituosos. (em alguns casos foi o preconceito que inspirou a construção de certos instrumentos, principalmente na área dos testes).

Finalmente, considerar as ciências humanas e sociais como “menores”, demonstra o desconhecimento desse campo de saber (episthème), além de séria carência de conhecimento de história e filosofia da ciência, epistemologia, e possivelmente da própria ciência tomada como parâmetro de objetividade.

1.3.5 O Quinto problema

Nos diferentes modos de viver, interesses e contradições entre eles, presentes em uma sociedade, seria possível à ciência encontrar um denominador comum a todos, estabelecendo cientificamente uma ordem social? Desse problema se ocuparam

iluministas, governos e planejadores: o controle social, a manutenção da ordem social, aliás, desde Maquiavel, para ficar em tempos mais recentes.

Na verdade, nem a filosofia, muito menos as ciências têm o propósito de manter a ordem social, exceto quando colocadas ao serviço de governos autoritários, das ditaduras de todo espectro. Nesses casos elas se fazem acompanhar pelo Direito, pelas normas igualmente autoritárias, como foi no Nazismo de Hitler (as Leis de Nuremberg), ou durante a Ditadura Militar brasileira, os Atos Institucionais e a Lei de Segurança Nacional.

A aplicação das ciências sociais em períodos de normalidade democrática se faz por meio de planejamento, com participação dos elementos envolvidos. Em sua obra Weber (sociólogo) focaliza essa possibilidade de “intervenção planejada, racional e burocrática” como recurso para atingir níveis superiores de eficiência dos serviços públicos; mesmo assim, os resultados podem ser diferentes dos visados pelos governos.

O estabelecimento de políticas públicas, como a política de educação inclusiva, de desenvolvimento econômico, distribuição de renda, saneamento, educação, saúde, etc. implicam a proposição de objetivos comuns à sociedade, conseqüentemente, implicam a hipótese de um dado modelo de ordem social no capitalismo. Todas essas políticas vêm acompanhadas de instruções e disposições legais e financeiras (impostos, taxas, multas, etc.) com vista a torná-las possíveis e implantáveis. Todas elas devem ser aprovadas pela instância competente do Poder Legislativo.

Enfim, a idéia de uma ordem social geral, de um padrão de organização social comum a todos sempre foi do gosto dos colonizadores e dos impérios de modo geral. Hoje, em uma sociedade “globalizada” pelos meios de comunicação a idéia continua tentadora, e bilhões de dólares têm sido gastos a respeito. Mas se o denominador comum considerado é o consumo de bens, a renda dos possíveis consumidores re-estabelece a diferença entre segmentos sociais, bem como entre os países.

Embora as “teorias” de Marketing, em todas as suas variantes, estejam sendo frequentemente colocadas como explicações, interpretações e práticas para orientar o comportamento social que interessa, ou seja, o consumo, elas não abrangem toda a complexidade desse mesmo comportamento que se situa nas condições peculiares e diferenciadas do capitalismo financeiro contemporâneo.

As cinco questões apontadas foram trabalhadas por autores cujo pensamento construiu os alicerces das ciências humanas e sociais, Kant, Hegel, Spencer e Marx, e pinceladas do pensamento comteano que inaugurou a ciência por ele denominada Sociologia. É importante acentuar que nas ciências sociais, e na Sociologia em especial foram desenvolvidas outras abordagens e aprofundados outros temas. O desenvolvimento do pensamento sociológico sempre incorpora as mudanças em desenvolvimento na sociedade.

Parte II As principais contribuições do pensamento sociológico clássico

1. Augusto Comte (1798-1857)

Para Augusto Comte, a Sociologia se apresenta como a ciência que tem por objeto os fenômenos sociais, e que tem por objetivo “explicar diretamente, e com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana”.



Auguste Comte (1798-1857)

Ela se destina a ver, “no estudo aprofundado do passado, a verdadeira explicação do presente e a manifestação geral do futuro”. (Comte, CPP, p. 511, Morais: 1982, p.54)

Subjacente a essas palavras está uma concepção de história como linha evolutiva chegando ao presente, considerado como “a civilização”, e cujo estudo “permite compreender seu verdadeiro caráter”. (Morais: 1982) Há também um sentido prático no conhecimento sociológico, da perspectiva positivista de Comte, “conhecer a realidade para melhorá-la”, é uma das formas utilizadas para expressar essa ambição da nova ciência, por ele denominada Sociologia, em substituição à expressão Física Social.

Refletem-se no pensamento comteano as tendências do ambiente intelectual do aparecimento da sociologia, herdeira do iluminismo, da confiança ilimitada na razão e na ciência, como possibilidade de desvendamento das regularidades que, como leis naturais, responderiam pela manifestação dos fenômenos. Na medida em que a realidade social, a exemplo do mundo natural, é passível de conhecimento, é possível também desvendar as “leis naturais” que regulam o movimento social, ou a “marcha da civilização”; mas segundo Comte, essa finalidade só seria atingida com emprego do método positivo.

Nessa direção a ciência do social deveria abandonar a busca das causas, e centrar a investigação nas leis naturais invariáveis, reveladas pela observação sistemática dos fatos, e pelas relações estabelecidas entre eles. Dessa forma seria atingida a positividade dos fatos e relações verificados.

Teoricamente seria possível distinguir na realidade social dois aspectos fundamentais para a investigação sociológica: o estado estático e o estado dinâmico. A divisão corresponderia, em última análise, à que existe no campo da Biologia, a saber, a Anatomia e a Fisiologia. Na Sociologia, essa divisão deveria ser realizada com muito critério e cuidado. Para Comte, esse “dualismo científico corresponde, com perfeita exatidão, no sentido político propriamente dito, à dupla noção de ordem e progresso, que se pode doravante considerar como espontaneamente introduzida no domínio geral da razão pública”. (Comte CPP, IV, pp. 167-68; Morais: 1982, p.105)

O estudo do estágio estático do “organismo social” coincidiria com a elaboração científica de uma teoria positiva da ordem social, caracterizando a “harmonia entre as diversas condições da existência das sociedades humanas”. Essas condições seriam

reguladas por leis, as quais seriam igualmente objeto da Sociologia; por sua vez, a palavra existência designa a atividade do organismo social, não abrangendo sua mudança, mas sim sua dinâmica. Desse modo, incluem-se na existência social, na acepção da estática, as atividades que se destinam a preservar a estrutura do organismo social, bem como os fenômenos que caracterizam a vida social, sua estrutura e as forças sociais que respondem pela coesão social ou solidariedade.

Sob a rubrica da dinâmica social, Comte focalizava as leis naturais que respondem pela evolução da sociedade humana, ou seja, a “Lei dos Três Estágios”, ou ainda a relação entre a ordem e o progresso. Os três estágios evolutivos da humanidade e da vida são: teológico (fetichismo, politeísmo, monoteísmo), metafísico e positivo. Os três estágios são reproduzidos na vida individual, e podem coexistir em uma dada sociedade, mas na humanidade, o terceiro estágio, dos três o único que é definitivo, só foi alcançado nos países ocidentais.

É possível perceber que a concepção de sociedade em Comte é fortemente conservadora, centrada na ordem social. Apesar disso ele reconheceu a situação de miséria em que vivia a população trabalhadora francesa de seu tempo, lamentou essa situação, e não aceitava a imposição da violência para reprimir a manifestação popular. Comte via no Positivismo a única tendência de pensamento (e de prática) capaz de conduzir a uma “saída” da situação social de crise, que, para ele, era de ordem moral, e não somente material.

Para ele a crise por que passava a França de seu tempo correspondia a um momento da “marcha geral da civilização”, caracterizada pela coexistência em conflito de dois sistemas: um que se extingue (a velha ordem), e outro que tende a se constituir (a nova ordem industrial e científica), por isso, diz ele:

“A sociedade encontra-se hoje, evidentemente, sob aspecto moral, numa verdadeira anarquia, reconhecida por todos observadores, quaisquer que sejam suas opiniões especulativas.” Trata-se, porém da manifestação de um longo processo iniciado no século XVI, “com o aparecimento de duas novas forças, a força industrial e a força científica, as quais, desde a origem, e em virtude dessa própria origem, ficaram impregnadas para sempre do duplo caráter de antagonista da antiga ordem política e de elementos de uma nova ordem”. (Comte OPS, 1820 pp.12-13, Moraes: 1982, pp.157-58).

O Positivismo, como expressão de uma “política científica” seria o único movimento (e partido) capaz de enfrentar a “anarquia social” instalada, e de preservar o Ocidente de qualquer tentativa comunista. Seria um partido construtor de “uma política moderna, capaz de satisfazer aos pobres, tranquilizando os ricos”. Sob a proposta de “modernização e racionalidade” se situa o caráter conservador, e até certo ponto, autoritário do Positivismo, e presente na concepção de Progresso.

As idéias positivistas tiveram largo curso no Brasil, especialmente entre militares e segmentos das elites “progressistas”. Deve-se a essa tendência a frase “Ordem e Progresso”, presente na bandeira brasileira. Aparentemente a frase se refere às expectativas de toda a sociedade brasileira à época republicana, contudo, o sentido da “ordem” serviria exatamente para manter os privilégios em uma sociedade oligárquica, e ao “progresso” seriam atribuídas todas as medidas que favoreciam a agricultura de exportação e os interesses do capital internacional. Embora não se possa atribuir à frase

o sentido da política brasileira, é significativo o fato de ela aparecer como “justificativa”, inclusive das medidas de exceção, e dos golpes militares.

O estudo científico (sociológico) dessa crise instala-se no campo das relações entre a ordem social e o progresso, sendo este “a direção necessária do conjunto total da evolução humana” (Comte CPP, IV p.332-33; Morais: 1982, p. 136). Comte reconhecia que o progresso, embora um movimento natural de evolução, poderia se realizar em velocidades diferenciadas nos vários países, “resultante de condições naturais, relacionadas, de um lado, ao organismo humano, e de outro ao meio em que se desenvolve”. Para ele, as três fontes gerais de variação social pareciam resultar: “1º) da raça, 2º) do clima, 3º) da ação política propriamente dita, considerada em toda sua extensão científica” (CPP. IV, p. 210; Morais: 1982, p.137).

Foi ao terceiro fator apontado, a ação política, que Comte dedicou parte substancial de sua vida, na divulgação do Positivismo, não somente um partido político, mas uma religião, e não somente para os franceses, mas uma Religião da Humanidade. Afora essa dimensão de seu pensamento, é inegável que Comte criou, mencionou e apontou conceitos centrais à sociologia, tais como estratificação social, mobilidade, opinião pública, consciência social, dentre outros.

Enfim, pode-se constatar que Comte não investiga o modo de produção, mas suas consequências na vida social; também não investiga o capitalismo, mas concentra-se em identificar e apreciar, sobretudo do ponto de vista moral, as práticas do capitalismo industrial, tomadas nas figuras dos agentes (industriais e proletários). Comte toma essa realidade observável (na sua aparência) para retirar dela as ilações de sua teoria dos estágios, as relações entre ordem e progresso, e principalmente para definir caminhos da intervenção sociológica. Sua postura “científica” (supostamente neutra, para encarnar o espírito do tempo) não o é, absolutamente: ele adjetiva comportamentos, estabelece hierarquias, e por fim, faz uma apreciação positivista da realidade.

Do ponto de vista teórico, as “leis naturais” que sustentavam sua abordagem foram invalidadas pela pesquisa, mas no campo da investigação sociológica, foi preservada a preocupação comteana com “os fatos observados”. Nessa direção, da observação empírica e do estabelecimento de relações comprováveis entre fatos, que o pensamento de Comte se projetou na obra de Durkheim e de muitos dos sociólogos empiristas posteriores.

2. Émile Durkheim (1858-1917) e o pensamento positivista



Émile Durkheim (1858-1917)

O Programa da disciplina enfatiza quatro aspectos da contribuição de Durkheim, a saber: a) as relações de sua contribuição com o pensamento positivista; b) a relação indivíduo e sociedade; c) Os fatos sociais e a consciência coletiva; d) solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

A formação de Durkheim se deu em ambiente contaminado pelas idéias do racionalismo e iluminismo francês, pela preocupação com a “ordem social” em crise e com a possibilidade de elaboração de uma “moral científica”, capaz de contornar os conflitos sociais emergentes, e manifestações políticas. Contudo, ele não foi sensibilizado pelo “clima” positivista: ele considerava as idéias de Comte uma manifestação inaugural da Sociologia, e não as

tomou em toda sua extensão como base de sua própria pesquisa.

Pode-se dizer que ele seguiu o exemplo de Montesquieu, na investigação documental das constituições (para escrever *O Espírito das Leis*), e incorporou elementos da vasta obra de Rousseau, especialmente no que respeita às bases da pedagogia natural lançada em Emílio.

Outra influência significativa na obra de Durkheim reside nas idéias de Herbert Spencer (o sociólogo inglês, já mencionado, famoso pelo evolucionismo), embora Durkheim não fundamentasse nessas idéias sua própria concepção de sociedade e vida social. Do ponto de vista da concepção de método, pode-se dizer que Durkheim adotou o método empírico indutivo (o que o aproxima de Stuart Mill), mas não deixou de lado a tradição racionalista francesa (Descartes), considerando-a importante para estabelecer relações entre os fatos.

Por tudo isso não é fácil situar Durkheim ponto de vista metodológico: pode-se dizer que conhecimento científico para o autor francês se apóia em uma postura realista de relacionamento entre sujeito de conhecimento (por exemplo, sociólogo) e objeto de investigação (realidade social, ou melhor, os fatos sociais). Concebe a ordem social como uma faceta da vida social, aceita ou imposta pela *coerção* que caracteriza os fatos sociais. Nestes termos, sua sociologia foi apenas influenciada pelo pensamento de Comte.

Durkheim estudou na Alemanha, e lá entrou em contato com tendências de inspiração do idealismo alemão para investigação em ciências sociais, (ou ciências do espírito). Dizem seus comentaristas, dentre eles Rodrigues (1972), que ele foi influenciado por dois sociólogos considerados fundadores da Sociologia alemã: Georg Simmel, cuja obra se abre para temas diversificados, como religiosidade e vida urbana, e Ferdinand Tönnies, autor de *Comunidade e Sociedade*, uma clássica tipologia das condições de vida e das relações sociais que distinguem a vida social em comunidade e em sociedade. Os dois autores *buscavam a compreensão da realidade social focalizada, e não apenas sua descrição ou explicação a partir de uma teoria previamente estabelecida.*

Durkheim, de volta à França, desenvolve sua tese de doutorado sobre *A Divisão do Trabalho Social*, obra fundamental ao pensamento sociológico, e outras não menos clássicas, *Regras do Método Sociológico* e *O Suicídio* (até hoje considerada um modelo para estudos monográficos de pesquisa empírica). Bem mais tarde publica *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, obra igualmente importante para a Sociologia, e demais ciências sociais.

Ao tempo de Durkheim ferviam no cotidiano os conflitos emergentes do capitalismo industrial, resultantes das contradições entre capital e trabalho, e das lutas entre burguesia e proletariado. Essas contradições se aprofundaram com o avanço tecnológico, com o emprego da energia elétrica e do petróleo. O mesmo avanço levou a mudanças substantivas na formação do proletariado, greves e desenvolvimento de ação sindical, e também à pobreza da classe trabalhadora.

Essas transformações sociais e econômicas vão ser focalizadas por Durkheim, e discutidas a partir de conceitos fundamentais à sua obra, como solidariedade orgânica (e sua outra face, a mecânica), divisão social do trabalho (não confundir com a divisão do trabalho social), consciência coletiva, religiosidade, representações sociais, e, sobretudo, fato social.

2.1. Concepção de sociedade e aspectos da abordagem durkheimiana

Dois aspectos caracterizam a postura de Durkheim: a preocupação com a objetividade do pesquisador na condução da investigação, e com o “recorte” do objeto a ser investigado. Para ele a sociedade constitui um “todo” formado por “partes”, órgãos ou organismos integrados, formando o “todo”. As propriedades desse “todo” são mais complexas que as decorrentes da soma das propriedades das partes.

O modelo correspondente a essa concepção de sociedade é orgânico: assim como o organismo humano também é constituído por “partes” (órgãos distintos, cada um cumprindo sua função, com propriedades distintas), assim também a sociedade seria constituída de “partes”, por exemplo, família, religião etc.

Desse modo, alguns caminhos se abrem ao pesquisador em uma investigação: focalizar “as partes” isoladamente, ou na relação com o “todo”, resultando um estudo morfológico; ou considerar as partes em sua relação dinâmica com o todo, o que resultaria em um estudo da “fisiologia social”, ou mais precisamente, da dinâmica; e ao longo de um tempo, o que implicaria em retomar as perspectivas anteriores, considerando as mudanças ocorridas no todo, refletidas, ou não, nas partes.

Em todas essas possíveis formas de investigação as formas de associação entre partes e todo (fatos escolhidos para estudo e sociedade) são decisivas, e se realizam sob a forma de funções sociais. Esse conceito (função social) é de grande importância na obra de Durkheim, assumindo maior significado ainda na sua incorporação na sociologia americana, (funcionalismo) dos anos 40 em diante. O conceito quando bem utilizado se presta perfeitamente às investigações empírico-quantitativas, ou seja, para confirmar (ou não), uma dada relação entre variáveis assumida por hipótese, cabendo então as análises multivariadas; todavia a concepção de função, bem como as suposições das quais ela parte, não foram suficientemente comprovadas, revelando-se “infrutíferas”, como mostra Fernandes (op. cit. p. 189).

Como Durkheim descreve funções? Partindo da descrição de Fernandes (op. cit. 188-189), as funções são descritas em termos: 1) dos fins realizados pelas instituições, grupos e estruturas sociais; 2) estrutura e função são descritas como fenômenos interdependentes; 3) um princípio de integração funcional; 3) princípio de interdependência das funções, associado à formação de um *consensus* funcional relacionado à evolução da organização; 5) princípio de reversibilidade das funções relacionado à maior ou menor diferenciação das funções; 6) princípio da vitalidade das funções, associado à especialização.

Florestan Fernandes (1972) aponta que o próprio Durkheim varia a concepção de função, ora aceitando o utilitarismo do conceito, ora o repudiando, além disso, a utilização de funções para investigação das relações sociais não é tão simples, como o autor francês pretendia. Pode-se acrescentar ainda, que a relação entre função e estrutura no campo das ciências sociais, bem como variantes de concepção desses próprios conceitos, passou por desenvolvimento mais preciso e conceptualmente mais adequado na Sociologia posterior a Durkheim; mesmo assim, o funcionalismo tornou-se uma tendência vista com reserva no campo da Sociologia.

2.2. Os fatos sociais; A consciência coletiva

Para Durkheim, os fatos sociais constituem objeto central da Sociologia, e são conceituados como: “toda a maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações

individuais que possa ter”. (Rodrigues: 1981, p.52)

Um exemplo de fato social seria o ensino nas escolas: em todas as escolas há professores e alunos, não importa o nível do ensino, nem os métodos e práticas adotadas, nem mesmo a época considerada, o magistério é um fato (social) presente em toda sociedade, com objetivos distintos, mas com finalidade assemelhada. Como fato social o magistério exerce coerção sobre os indivíduos envolvidos, definindo condutas adequadas ou esperadas.

A coerção social exercida pelos fatos sociais sobre os indivíduos não é necessariamente violenta, ou impositiva, mas ela existe e se faz sentir. Um exemplo simples pode ser dado: toda roupa que se usa tem duas faces, o “direito” e o “avesso”. Se o leitor aparecer em sala de aula com uma camiseta “pelo avesso”, quantas pessoas vão avisá-lo disso? Embora nesse caso o leitor não esteja infringindo nenhuma lei ou regimento, porque ele está decentemente vestido, por que as pessoas o avisam? E mais ainda, por que ele se apressa em virar para o direito a camiseta?

Desse modo, as maneiras de agir, pensar e de sentir exteriores aos indivíduos pertencem a uma categoria especial de fenômenos, que não são físicos, nem psicológicos, porque são exteriores aos indivíduos, seu substrato é a sociedade, e “não existem senão na consciência individual e por meio dela. Constituem, pois, uma espécie nova e a eles deve ser reservada a qualificação de sociais”. (Rodrigues: 1981: p. 48)

Nesses termos, o indivíduo para viver em sociedade passa por um processo de “socialização”, ou seja, de aprendizagem das condutas adequadas, e por decorrência, de formação da consciência individual em sociedade. É por isso que se tem dito que o “indivíduo é produto do meio”. Nesse processo a família tem papel fundamental, seguido de perto pela escola, religião e finalmente o Estado.

2.3. A relação indivíduo x sociedade

A participação do indivíduo na vida social, ou na sociedade, se faz, portanto desde a infância, e gradativamente. Durkheim denomina *solidariedade* às relações que vão sendo estabelecidas ao longo do processo de socialização, mas a palavra não tem sentido religioso: para Durkheim solidariedade é toda forma (social) de relacionamento entre indivíduos em uma sociedade.

Dois aspectos devem ser apontados ao se pensar no processo de socialização, ou seja, de aquisição dos padrões de solidariedade social: por meio dele se forma a consciência individual, introjeção de normas de conduta e valores que as orientam, mas por sua vez, ele remete à instância que o autor denomina *consciência coletiva*, constituída pelo conjunto das valorações e práticas de conduta de uma sociedade.

2.4. Consciência coletiva

Durkheim considerava como produto do desenvolvimento histórico da sociedade, sendo marcada por ele. Ela mantém a coesão social, e depende da extensão abrangida pela consciência comum. No nível do comportamento individual, evidentemente existe uma consciência própria, contudo a conduta individual não é definida apenas pelos interesses pessoais: uma parte substancial está vinculada ao grupo, portanto à consciência coletiva, uma vez que ela é que garante a ligação do indivíduo ao grupo.

A solidariedade social pode ser compreendida como vínculo de pertencimento do indivíduo ao grupo e à sociedade, portanto ela é social, ou seja, não é apenas dos indivíduos, mas da sociedade como um todo. O direito é uma faceta da solidariedade social, visto que a não observância das normas representa uma ofensa à sociedade, e se

for considerada crime, merece a sanção de uma pena. São sentimentos coletivos que subsidiam a idéia de ofensa, constituindo um “conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado que tem vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. [consequentemente] um ato é criminoso quando ofende as condições consolidadas e definidas na consciência coletiva” (Rodrigues: 1981, pp.75-6) .

O conceito de consciência coletiva adquire significado especial em cada área de estudo: para educadores, ela constitui o substrato do processo de educação, para psicólogos ela está presente na maioria dos processos enfrentados nas clínicas. São elementos dessa consciência coletiva que “inspiram” o embasamento de peças publicitárias, e de certos “apelos” do marketing. Essa “inspiração” pode se situar tanto na direção de uma reafirmação dos conteúdos da consciência coletiva, especialmente dos valores orientadores da conduta, como na direção oposta, no desafio a esses valores. Grosso modo, a consciência coletiva é um campo aonde “ressoam” os sentidos, formando parte do “repertório” social de um dado “público”.

2.5. Duas formas de solidariedade: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

A conexão peculiar entre indivíduo e grupo, consiste em uma forma de solidariedade, à qual Durkheim denomina mecânica. Entre essa modalidade de solidariedade (mecânica) e a outra modalidade (solidariedade orgânica), Durkheim estabelece uma distinção bastante clara: “A primeira liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário. Na segunda, ele depende da sociedade porque depende das partes que a compõem” (Rodrigues, 1972, p. 82)

Enquanto a solidariedade mecânica insere o indivíduo em um conjunto de crenças e sentimentos comuns partilhados por todos os membros do grupo, portanto de um coletivo ao qual o indivíduo reconhece como sociedade, a solidariedade orgânica é estabelecida com um sistema de funções diferentes, especiais que unem relações definidas. Nas sociedades onde predomina a solidariedade mecânica, o indivíduo não se pertence, alerta Durkheim; e ela permanece enquanto a divisão social do trabalho não é desenvolvida.

Nas sociedades onde a divisão de trabalho social se estabeleceu, as relações sociais são vinculadas a um sistema de órgãos diferenciados. Nessa situação, não são mais as agregações por descendência (família, clã) que constituem critério de classificação dos indivíduos, mas seu vínculo profissional, ou atividade social realizada. A combinação entre os dois critérios de vinculação pode subsistir, e em realidade subsiste, mas estabelece-se a predominância do critério profissional (especialização) sobre a pura vinculação de descendência.

O leitor deve ter claro que a circulação da informação e da publicidade na sociedade contemporânea não se dá pela solidariedade mecânica, mas se insere no conjunto de “regulamentos” estabelecidos pela solidariedade orgânica, por efeito da divisão social do trabalho. Embora Durkheim não trabalhe com o conceito de classe social, enfatiza o conceito de “moral profissional” (Durkheim: 1983), para examinar as implicações das profissões e respectivos estilos de vida entre si e em sociedade, a circulação de informações constitui elemento importante na consolidação de cada “moral profissional”, mas todas elas deverão convergir para a sociedade como um todo.

A divisão de trabalho instala, portanto, uma modalidade particular de solidariedade, a orgânica, mantida por um sistema de regras que assegura a funcionalidade do todo. Mas quando não se desenvolvem os órgãos solidários, por não terem sido regulamentados, e por não se pautarem em intercâmbio frequentes, instala-se

a *anomia*. É por isso que no plano das relações entre indivíduos, e nas sociedades caracterizadas pela divisão social do trabalho, pode-se dizer que *anomia caracteriza a ausência de padrões de referência grupal*.

Um indivíduo nessas condições sente-se “perdido”, como dizem os adolescentes frequentemente; dessa situação “anômica” jovens procuram se inserir em grupos que lhe ofereçam acolhimento e certos padrões de referência grupal. De uma perspectiva estritamente sociológica, algumas religiões e seitas de grande convivência grupal, e regras bem definidas de comportamento, oferecem também essa possibilidade, uma vez que o indivíduo nelas integrado se sente “parte” de um grupo, e assim com uma “identidade de membro”, e importância para o grupo.

Durkheim comenta as consequências para a produção e para os trabalhadores, em situações em que se instala a anomia, (sob a forma de ausência de controle e de convergência funcional). Esses comentários têm interesse particular, uma vez que o autor focaliza efeitos da expansão capitalista industrial. Contudo, em relação às empresas (produção), seus comentários e advertências incidem sobre os problemas gerados pela ausência de comunicação gerencial, que em sua época era bastante restrita.

O mundo corporativo contemporâneo superou essa deficiência, de várias formas, não somente pelas práticas gerenciais, mas inclusive pela comunicação virtual, o que vem comprovar a propriedade das observações de Durkheim. Quanto aos trabalhadores, os comentários de Durkheim enfatizam a importância da valorização do trabalhador, tendência que foi adotada, especialmente nas grandes empresas, ao longo do século XX, porém tendo como objetivo a elevação da produtividade, e não como recomenda Durkheim visando resgatar a dignidade humana do trabalhador.

Durkheim comenta que dada a rapidez das mudanças operadas com a industrialização, o trabalhador “repete os mesmos movimentos com a regularidade monótona, mas sem se interessar nem compreendê-los.[Ele] não é mais a célula viva de um organismo vivo (...) não passa de uma engrenagem inerte, que uma força externa põe em funcionamento e que se move sempre no mesmo sentido, e do mesmo modo.” (Rodrigues: 1981, p. 100). Seus comentários, datados do início do século XX, se concentram em apontar que o trabalho é uma forma de solidariedade (nesse caso orgânica), mas que os economistas não focalizaram essa dimensão.

Embora Durkheim tenha discutido a divisão social do trabalho, e a focalizado inclusive da perspectiva de sucessão histórica, não o fez a partir das condições geradoras dessa divisão, conseqüentemente deteve-se nos fatos observados, explicando-os em suas relações, e implicações morais (Durkheim: 1983), delas extraíndo as recomendações sobre como “remediar” a situação.

Os estudos de Durkheim em colaboração com seu sobrinho Marcel Mauss, antropólogo, resultaram em significativa contribuição para uma sociologia do conhecimento, ou seja, para entender como o conhecimento do mundo, desenvolvido em sociedade, serve para pensar a própria sociedade e ordená-la em um conjunto inteligível, e comunicável. Esses estudos incorporam dados etnográficos (descrições e padrões de comportamento em culturas não-ocidentais), e versaram sobre as *representações coletivas ou mentais*. Eles mostraram que o modo como as culturas constroem simbolicamente a realidade constitui o modo lógico e operatório, explicativo e interpretativo de como os indivíduos dessas culturas concebem a si próprios e ao mundo, como classificam e interagem logicamente na realidade vivida. Por seu turno, é na religião que a consciência coletiva encontra os elementos constitutivos dessas relações. O conceito é bastante relevante para as áreas de pedagogia e psicologia.

Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* Durkheim mostra que as relações de subordinação e de coordenação, presentes em uma classificação hierárquica, não são encontradas na natureza. “A hierarquia é exclusivamente uma coisa social. Somente na sociedade é que existem superiores, inferiores e iguais (...). É à sociedade que tomamos emprestado os fatos para em seguida projetá-los em nossa representação do mundo. É a sociedade que fornece o plano sobre o qual o pensamento lógico trabalha”. (Rodrigues: 1972, p. 165).

Em tempos de “pós-modernidade”, os meios de comunicação insistem no discurso que toma a “natureza” como modelo para a vida social: as referências à “selva das cidades”, como lugar perigoso e desumano (lembrar de *Selva de Pedra*, novela televisiva de grande sucesso no Brasil), passou a significar uma arena aonde se defrontam “winers” (vencedores) e “losers” (perdedores). Essas “lutas” de concorrência consagram os “predadores”, palavra que é utilizada para designar ao homem profissional do mercado aquele que consegue atingir seus objetivos; as “presas” desses “predadores” de gravata são clientes, ou, em outra direção, mulheres que são “comidas” (mas que evidentemente não podem ser “mastigadas”)...

A título de curiosidade, mas também para reflexão, vale questionar a representação visual da estratificação social feita por um triângulo, denominado “pirâmide”, sem que o volume essencial a um sólido geométrico esteja representado. A noção de hierarquia fica clara, e reforçada pelas expressões “topo da pirâmide” e “base”. Contudo, a experiência da vida social não se dá na vertical, mas no plano, no chão de todas as diferenças sociais...

Parte II. 3. Max Weber (1864-1920) e a busca pela conexão de sentido



Max Weber (1864-1920)

Intelectual, apaixonado por música, veemente, segundo comentaristas, Max Weber, esse erudito da Sociologia, viveu em ambiente social e filosófico distinto dos autores antes mencionados: a Alemanha do século XIX e princípios do XX. Gabriel Cohn, sociólogo brasileiro, com várias obras publicadas, algumas sobre Weber, vê na obra de Weber algumas características centrais: “a dualidade, articulada em torno de uma que é dominante: racional/ não-racional”, e a composição. Na verdade, a leitura de Weber oferece uma sociologia desenvolvida como uma sinfonia musical, reiterando temas, sempre ampliados, abrindo nos acordes, porém mantendo uma linha harmonização entre os fortes acordes da paixão e a suavidade dos adágios. O título da obra de Cohn sobre as “afinidades eletivas” de Weber é bastante significativo: *Rebelião e Resignação*.

Observa-se no sociólogo alemão a preocupação com o detalhe, com a precisão conceitual, construída em nuances e especificidades, retornando na abstração que generaliza, (tipos ideais) para melhor compreender (a evidência empírica). “Ao dispor-se a falar sobre “o espírito do capitalismo”, ele assinala que tal entidade não pode ser definida de antemão, mas que corresponderia a um ‘indivíduo histórico’ construído para fins de pesquisa e conforme o ponto de vista do seu significado cultural” (Cohn: 1979: pp. 5-7)

3.1. A conexão de sentido

A Sociologia de Weber é caracterizada pela busca pelo sentido social das ações, de modo a compreender as práticas dos sujeitos. Mas atenção! Weber não está preocupado com sujeitos individuais: esses sequer são cogitados pelo autor. Sua atenção se volta para o sujeito social, ou indivíduo histórico, como mencionou Cohn, portanto da pesquisa empírica (entrevistas, documentos) Weber vai extrair o sentido que a sociedade elaborou e que está fundamentando as práticas observadas.

Essa é a trajetória da pesquisa weberiana, na construção de uma sociologia compreensiva. Por isso a sociologia desse autor não se confunde com a psicologia, nem se confunde com a sociologia de Durkheim: enquanto esse se limitava à descrição e explicação dos fatos sociais, pelos fatos sociais, Weber utiliza a descrição e explicação como momentos ou etapas da compreensão das ações sociais, e de suas relações. Os parágrafos a seguir exemplificam a prática weberiana na caracterização do capitalismo.

Nas primeiras páginas de sua obra bastante conhecida pelos universitários brasileiros, *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*, publicada em 1904, Weber afirma: “o impulso para o ganho, a ânsia de lucro, de lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe (...) em toda espécie e condições de pessoas, em todas as épocas de todos os países da Terra...”. Seria até possível que o olhar ingênuo encontrasse semelhanças entre essas práticas, de ganho ilimitado, e as capitalistas, “mas o desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo, e muito menos com o ‘espírito’ do capitalismo”, alerta Weber. (Weber, 1967: 4)

Nessas primeiras colocações já é possível perceber diferenças de postura teórica entre os autores antes comentados e Weber: para ele a “realidade observada” apontada sob a forma de “desejo de ganho ilimitado” constitui a referência enganosa, a aparência ao olhar ingênuo, à qual ele se reporta para opor a ela aquela (a prática capitalista) que foi fruto de um processo de investigação e análise, buscando a compreensão. Ele continua:

“De qualquer forma, porém, o capitalismo, na organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, de rentabilidade. Só pode ser assim. Dentro de uma ordem econômica totalmente capitalista, uma empresa individual que não se orientasse por esse princípio, estaria condenada a desaparecer”. (Weber: 1967: idem)

Nesse parágrafo, Weber estabelece, também a partir de investigação, uma proposição sobre a característica geral do capitalismo, mas há elementos significativos: ele fala da “organização capitalista e racional”, e nela focaliza um agente (empresa), contrapondo agora uma prática racional, a todas as outras: “só pode ser assim”, caso não seja, a empresa desapareceria. O leitor pode se perguntar, qual a característica da ação capitalista, se não é a “busca de ganho ilimitado e imediato”? A contraposição do que não é capitalismo, com o que seria capitalismo, no plano da ação, ainda não se completou, mas Weber o fará no próximo parágrafo:

“Definamos agora os nossos termos de uma maneira mais precisa do que geralmente ocorre. Chamaremos de ação capitalista aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Em última análise, a apropriação (formal e atual) do lucro segue os seus preceitos específicos, e, (conquanto não se possa proibi-lo) não convém colocá-la na mesma categoria da ação orientada para a possibilidade de benefício na troca. [encontrável na empresa ocasional, relação de compra e venda

frequente no século X em Veneza; esclarecem em nota os tradutores do texto]. Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em termos de capital.”(Weber, op cit. pp 4-5)

Weber prossegue a caracterização do que entende por “racionalmente calculada” em termos do capital, mercadorias, transações, dinheiro, etc.”Tudo é feito em termos de balanço: a previsão inicial, no começo da empresa, ou antes, de qualquer decisão individual o balanço final, para verificação do lucro obtido”. (Weber: idem). Por fim ele generaliza: “Na medida em que as operações são racionais, toda ação individual das partes é baseada em cálculo”.

Da generalização ele volta à realidade empírica (experiência cotidiana) reconhecendo ali a inexistência de um cálculo apurado, procedimentos por pura adivinhação, tradição ou convenção, comentando “estes fatos, porém, não afetam a racionalidade da aquisição capitalista. O que importa nessa concepção é a efetiva orientação para um ajustamento dos lucros ao investimento, por mais primitiva que seja sua forma”. (Weber, idem). Weber então mostra que nessa concepção “empresas e empreendimentos capitalistas existiram de longa data e por toda parte”.

O leitor deve estar se perguntando: “por que Weber se dá ao trabalho de verificar a existência histórica e documental, no ocidente e no oriente, da empresa capitalista?” Porque há um embasamento histórico na análise weberiana (lembrando que ele começou mostrando que o impulso do ganho imediato existe em toda parte e em todos os tempos), que lhe permite comparar resultados, diferenciá-los, analisar mudanças, e principalmente, caracterizar, tipificar, ou mais precisamente, construir tipos (mas essa etapa será analisada depois).

No pequeno trecho em foco, o leitor pode ler um exemplo de como se faz o emprego de um “quadro de recorrência histórico”, embora essa expressão não seja weberiana: resumidamente, Weber constata que embora a empresa capitalista tenha existido em toda parte, “o ocidente desenvolveu uma gama de significados do capitalismo, e, o que lhe dá consistência- tipos, formas e direções que nunca existiram em parte alguma”.

Partindo dessa afirmação (que foi fruto de pesquisa histórica) ele vai mostrar que as formas de “especulador”, de empreendedor e aventureiro capitalista, que existiram em todo mundo, ainda podem ser encontradas em países ocidentais modernos, um capitalismo de empresários isolados, especuladores em larga escala, de colonizadores, e de boa parte do capitalismo financeiro, na paz e na guerra. Constatada a permanência dessas práticas, Weber estabelece o traço distintivo, entre o que diferencia as práticas apontadas (não-capitalistas) das que vão compor o tipo analisado por Weber, ou seja, as capitalistas. Mas quais elementos compõem a diferença?

“O Ocidente, todavia, [ao lado do capitalismo especulador aventureiro] veio a conhecer, na era moderna, um tipo completamente diverso e nunca antes encontrado de capitalismo: a organização capitalista racional, assentada no trabalho livre (formalmente pelo menos). Disso apenas encontramos sugestões alhures. A própria organização do trabalho escravo só alcançou certo grau de racionalidade nas plantações, de maneira limitada nas “ergasterias” da Antiguidade [os tradutores adiantam o significado como execução de um trabalho puramente físico e padronizado. Uma espécie de oficina com mão de obra escrava, não obrigatoriamente uma fábrica] (...) Apenas casos isolados de trabalho livre em algumas indústrias caseiras podem ser encontrados “fora” do Ocidente. O uso, naturalmente universal, de diaristas em pouquíssimos casos levou à formação de organizações manufatureiras-especialmente a monopólios estatais, muito diferentes da

moderna organização industrial- mas nunca a organizações racionais do trabalho e do aprendizado, do tipo existente na Idade Média”. (Weber: op cit.p. 7)

Duas observações devem ser feitas antes de prosseguir na análise: a) no Brasil colonial (época do ouro e depois) alguns escravos executavam trabalho de ourives, e eram remunerados por isso, em geral a remuneração tinha relação com a alforria. Em contrapartida, os chamados “negros de ganho”, em geral artesão, sobretudo artesã, vendedora de guloseimas, executavam o trabalho e vendiam o produto nas ruas, o lucro era do senhor, sendo uma pequena parte do escravo; b) É significativo que a palavra “fora” apareça entre aspas no texto: em realidade as colônias dos países europeus, especialmente no Oriente e África, estavam “fora” geograficamente do Ocidente, mas “dentro” dele por vínculos políticos de exploração econômica. Essa condição dúbia, mas do interesse da expansão do capitalismo europeu, Weber insinua com as aspas.

Voltando à análise, Weber sintetiza uma concepção para empresa capitalista em foco, como recurso para iniciar a compreensão de sua constituição, no Ocidente. “A organização industrial racional, orientada para um mercado real, e não para oportunidades políticas ou especulativas de lucro, não é, entretanto, a única criação peculiar do capitalismo ocidental. (Ela) não seria teria sido viável sem a presença de dois importantes fatores de seu desenvolvimento: a separação da empresa da economia doméstica, e, associado de perto a este, a criação de uma contabilidade racional. (...) Seu significado atual, entretanto, só foi alcançado pelo capitalismo ocidental, com a sua associação à organização capitalista do trabalho (...) principalmente no que diz respeito à estrutura social e a todos os problemas” (Weber: op. cit. passim)

Dessa condição de peculiar existência, Weber aponta, sem, contudo, discutir (ainda) organizações, concepções e aspectos da estrutura social do ocidente que são únicos, por decorrem do capitalismo, fundamentado na organização racional do trabalho livre, embora ele faça notar para cada uma das condições peculiares, outras que coexistiram assemelhadas, por exemplo: “apesar de ter havido em toda parte privilégios urbanos de mercado, corporações e toda espécie de diferença entre cidade e campo, “o conceito de cidadão e o conceito de burguesia não existiram senão no moderno Ocidente; da mesma forma inexistia, e só poderia mesmo inexistir, o proletariado como classe, porque inexistia o trabalho livre institucionalizado”. (Weber: passim)

Embora houvesse burgueses no ocidente, o desenvolvimento do capitalismo ocidental foi “à primeira vista” fortemente influenciado pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas, utilização técnica do conhecimento científico, e “fatores de importância incontestável, como as estruturas racionais do direito e da administração”, as quais Weber analisa e comenta, apontando a convergência para um “racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental”. A correlação entre capitalismo, racionalidade e suas derivações, bem como a correlação inversa, (não-racionalidade) será uma constante na análise desenvolvida por Weber nessa obra, e em outras.

Todavia, para trabalhar com o termo “racionalismo” é preciso esclarecer muito bem, segundo Weber, o que está sendo entendido, porque com o termo “pode-se entender coisas muito diferentes”. Então ele aponta exemplos de emprego do termo em *esferas diferenciadas da vida social*: racionalização da contemplação mística (uma área, a religião, admitida totalmente irracional), racionalizações da Sociedade, da técnica, do trabalho científico, etc. “Cada um desses campos pode (...) ‘ser racionalizado’ segundo fins e valores últimos muito diferentes, e o que de um ponto de vista for racional, poderá ser irracional de outro”. Para esclarecer a diferença de emprego (do termo racionalizações) do ponto de vista da história da cultura, “deve-se ver primeiro em que esfera e direção” ocorreram as racionalizações, reconhecer a peculiaridade específica do

moderno racionalismo ocidental, e esclarecer sua origem...

Nessa pequena amostra da Sociologia weberiana, o leitor deve ter percebido que o autor vai construindo passo a passo os conceitos a serem utilizados, e para isso recorre à história; ao fazê-lo não se apóia em uma dada evolução do passado para o presente, nem em uma teoria de “progresso”, mas nas evidências documentais, que ele vai analisar e contrapor às evidências (empíricas) do presente, e discutir as comparações.

Para Weber, que também era historiador, trabalhar com a história envolvia uma série de procedimentos lógicos, visando à compreensão. Tais procedimentos principiavam pela abstração e análise dos dados (evidências) em um complexo de relações causais possíveis, visando à síntese da conexão “efetivamente real”. De fato, ao proceder dessa forma, um autor deveria decompor os dados em elementos que pudessem ser caracterizados por uma regra da experiência, a qual estabelecesse o que se pode esperar dela, dada a presença de outras possibilidades como condições. Weber reafirma: “Portanto o juízo de possibilidade, no sentido em que empregamos essa expressão, implica sempre a referência a regras da experiência”. (Weber: 1973, p.160)

Novamente o leitor deve estar se perguntando “Por que tudo isso?” Em poucas palavras, porque “a conduta humana (externa e interna) mostra nexos e regularidades. Sem dúvida, “há algo que é próprio somente da conduta humana, ao menos no sentido pleno: o curso das regularidades e nexos é interpretável por meio da compreensão” (Weber,1973: p. 175) Compreensão contudo não será uma simples interpretação, mas uma atribuição de relação causal, especialmente com relação aos fins, e nesse caso a interpretação racional ganha o maior grau de evidência.

3.2. Ação Social

Por comportamento racional com relação aos fins Weber entende “aquele que se orienta exclusivamente para meios representados (subjetivamente) como adequados para fins apreendidos de maneira (subjetivamente) unívoca” (Weber: idem) Desse modo Weber passa a focalizar não o comportamento (como o faz a Psicologia, e em certo sentido a Economia), mas a ação social significando “sempre um comportamento compreensível na relação com objetos, isto é, um comportamento especificado por sentido (subjetivo) possuído ou mentalizado, não importa se de maneira mais ou menos inadvertida”. (Weber: op cit p.177)

Weber em outra obra conceitua *ação social* nos seguintes termos “A ação social (incluindo tolerância ou omissão) se orienta pelas ações dos outros, as quais podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (vingança, réplica,). Os ‘outros’ podem ser individualizados e conhecidos ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos (o dinheiro, por exemplo, significa um bem –de troca- que o agente admite na transação porque sua ação está orientada pela expectativa de que os outros (..) desconhecidos, estarão dispostos a aceitá-lo também por seu lado, [em uma] troca futura)” (Weber: 1977, vol. I p. 18)

Mas nem toda ação é social, embora se dê em sociedade e seja exteriorizada. “A ação econômica (de um indivíduo) só é social na medida em que levar em consideração a atividade de terceiros; desse ponto de vista muito geral, quando no consumo entram em consideração as futuras necessidades de terceiros, orientando por elas sua própria poupança, ou quando na produção se põem como fundamento de orientação as necessidades futuras de terceiros”. (Weber idem)

Para conceituar ação social diz ele: “a ação social, como toda ação pode ser:1) racional com relação aos fins: determinada por expectativas do comportamento tanto de

objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando essas expectativas como 'condições' ou 'meios' para alcançar fins próprios racionalmente sopesados e perseguidos; 2) racional com relação a valores: determinada pela crença consciente no valor-ético, estético religioso ou de qualquer outra forma como se a interprete- próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem relação alguma com o resultado, ou seja, puramente nos méritos desse valor; 3) afetiva, especialmente emotiva, determinada por afetos e estados emocionais atuais, 4) tradicional: determinada por um costume arraigado." (Weber:1977, vol. I, p.20) As ações não são determinadas estritamente por uma dessas condições, o mais frequente é aparecerem determinações complexas.

Por *relação social*, deve-se entender então, segundo Weber, "uma conduta plural - de vários- que, pelo sentido que encerra, se apresenta como reciprocamente referida, orientando-se por essa *reciprocidade*. A relação social consiste, pois, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se atuará socialmente em uma forma (com sentido) que se pode prever".(Weber op cit) Nessa concepção é importante acentuar o caráter bilateral, recíproco da relação social. Ela se fundamenta no sentido empírico ou mentalizado pelos envolvidos, na probabilidade de que uma forma de comportamento social, de caráter recíproco por seu sentido, tenha existido, exista ou possa existir. Consequentemente o sentido pode variar, bem como pode desaparecer. Elas então apresentam certa regularidade de fato, ou seja, são reproduzidas por muitos agentes ou muitas vezes pelo mesmo agente.

Das concepções de ação social e de relação social dois aspectos aparecem reiteradamente, sinalizando sua importância na sociologia weberiana: compreensão das ações e o sentido (subjektivamente atribuído a elas). Lembrando o que já foi comentado sobre a "racionalidade capitalista", ambos os aspectos são decisivos.

Cohn explica "A 'ação social' é uma modalidade específica de ação, de conduta à qual o agente associa um sentido subjetivo. É aquela ação orientada significativamente pelo agente, conforme a conduta de outros e que transcorre em consonância com isso" (...) Interessa enfim, aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento de sua ação. Mas em nenhum ponto se encontrará uma definição de 'sentido', como, aliás, também ocorre com o conceito de compreensão."(Cohn: 1979 b, p. 27)

Ao falar de sentidos da ação subjektivamente atribuídos, não estão subentendidos aqueles de nível psicológico, esses "sentidos", muitos deles só acessíveis com auxílio da Psicanálise, não são esses os que Weber tem por objeto, mas sim, aqueles que são reconhecidos pelos agentes, e que vão constituir motivos de sua ação, e não somente de um indivíduo, mas da regularidade daquela modalidade de ação.

A tese de Weber sobre a relação entre ética protestante e espírito do capitalismo focaliza a questão da construção dos motivos da ação, principalmente da convergência entre eles: tanto o capitalismo pressupõe racionalidade na ação, quanto o protestantismo pressupõe racionalidade, controle sobre impulsos irracionais. Isto não significa - como lembra Cohn - que não haja "tensão entre os sentidos das ações nessas duas esferas da existência". (Cohn: op cit, p. 24)

Aqui é possível fornecer um exemplo claro: as condições econômicas e culturais induzem a que os casais tenham um limitado número de filhos, mas nessas mesmas condições o prazer sexual assumiu importância significativa, sendo valorizado por todos, desde a adolescência, e os métodos de contracepção são disponíveis em enorme variedade. Em contrapartida, na esfera religiosa, notadamente para os católicos, a utilização de métodos contraceptivos é (ou ainda é) proibida, considerada um pecado.

Como os católicos vão orientar seu comportamento? Restringindo o prazer sexual, observando “tabelas de fertilidade” que não são seguras, ou adotando contraceptivos, e se permitindo o prazer sexual, apesar da proibição católica? O conflito está instaurado entre duas esferas de existência, mas deverá ser resolvido no âmbito das ações individuais, às quais será atribuído um sentido, subjetivamente definido...

“Mas o que são *esferas da existência*, e por que o autor se vale desse conceito?” Deve estar se perguntando o leitor. Esferas da existência é uma expressão utilizada para designar ambientes ou facetas da vida humana em sociedade. Logo, uma mesma pessoa atua: como agente na economia, na esfera econômica (como trabalhador, proprietário, empresário, consumidor, etc.); atua em família, na esfera doméstica (como chefe de família, de clã, pai, filho, genro, cunhado, descendente etc.); atua como membro de uma dada denominação, na esfera religiosa (protestante, católico, dentre outras e em diferenciados papéis); atua na esfera política (como cidadão, membro de partido, de um grupo político, etc.); atua na esfera jurídica (submetendo suas ações às normas, sendo punido pelo seu não-cumprimento, etc.).

Cada uma dessas modalidades de ação corresponde a uma “esfera de existência”, cada esfera (ou ordem) tem regulamentos próprios (ou legalidade), que podem estar normatizados, escritos ou não; cada uma delas tem uma dinâmica própria; cada uma delas corresponde a um dado aspecto, e distintos objetivos da vida humana (e não foram apontadas outras ‘esferas’ como lazer, entretenimento, arte). Cada esfera tem autonomia sobre as demais; embora elas sejam relativamente convergentes na vida social, podem estabelecer princípios e normas em conflito (como ilustra o exemplo acima).

Todavia, essas esferas se apresentam simultâneas na vida dos indivíduos, ou dos sujeitos-agente. Consequentemente, são os sujeitos que as articulam em suas ações, emprestando uma dada orientação às suas ações, ou sentido às ações. Por isso os vínculos entre as ações são subjetivos, definidos pelos sujeitos, conforme os entendem ou mentalizam. São esses sentidos que Weber procurou compreender e caracterizar, submetendo-os ao tratamento causal. Esse procedimento permitiu ao autor examinar as relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Para Cohn esse recurso conceptual (as esferas) serviu a Weber para “refutar a idéia de uma determinação das diversas esferas da vida social pela econômica.” (Cohn: op cit. p. 25)

A relação entre economia e sociedade é a grande preocupação de Weber, e de modo particular no que diz respeito aos possíveis vínculos entre economia e a religião; (Economia e Sociedade é o título de uma obra de Weber, à qual ele dedicou vários anos e que se destina a sistematizar e esclarecer conceitos utilizados na sociologia empírica). Essa relação entre economia e sociedade construiria um campo de conhecimento designado na expressão “sócioeconômico”, com características próprias. Em um artigo datado de 1904 (Weber: 1979; Cohn: op cit) sobre a objetividade das ciências sociais, Weber esclarece a natureza dos fenômenos estudados sob a rubrica de ‘socioeconômicos’:

Ele parte da constatação de que a vida humana, para realização de seus objetivos e necessidades se defronta com “a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos indispensáveis” (Weber: 1979, p. 33); portanto o trabalho, previsão e relacionamento social são fundamentais para a concretização e satisfação de tais objetivos. Nesse sentido, os problemas econômico-sociais despertam interesses de conhecimento distintos, caracterizados por nuances de implicação e de sentido entre economia (fenômenos econômicos) e sociedade (fenômenos sociais).

Os objetos de conhecimento que são fundamentalmente econômicos, para os

propósitos de conhecimento, são aqueles que foram criados conscientemente para essa finalidade, portanto abrangendo instituições, normas etc. Nessa categoria alguns fenômenos, como a vida religiosa, desencadeiam efeitos importantes sob “a perspectiva econômica”, portanto são “economicamente importantes”. Outros fenômenos não são importantes do ponto de vista econômico, mas são condicionados por condições econômicas, como o desenvolvimento das artes, etc. Weber classifica esses de “condicionados economicamente”.

Na esfera do poder e da política, mais precisamente em relação ao Estado, encontram-se classificações distintas: o Estado é econômico, em relação à fazenda pública, mas é ‘economicamente importante’ em relação às medidas legais estabelecidas, as quais vão fixar normas de conduta. Mas quando examinadas as ações, os comportamentos, inclusive os não-econômicos, encontram-se aqueles que são economicamente condicionados.

Essa gradação de implicações econômicas é possível reconhecer em toda a vida cultural, a partir do interesse de conhecimento, mas também é possível reconhecer quando se dá o processo inverso, ou seja, o desenvolvimento cultural e histórico também influi sobre a esfera econômica, tomada em sua especificidade. Dado que “o trabalho científico não é delimitado pelas relações materiais dos ‘objetos’ [de investigação], mas antes pelas relações conceptuais dos problemas.”(Weber:1979,p.40), conseqüentemente, não é válido assumir como ponto de partida, o predomínio de uma esfera (a econômica) sobre as demais.

Esse é o ponto central da crítica de Weber aos pressupostos do materialismo histórico: a supremacia do econômico (material) sobre os demais planos de vida, mas do mesmo modo, Weber questiona a noção de dependência causal, formal ou funcional das várias esferas, bem como a dependência de um só elemento, o econômico. (Essa crítica, até hoje válida, é dirigida aos economistas)

A sociologia de Weber é extremamente rica, e complexa, e aqui apenas alguns aspectos foram expostos. Neste texto apenas é apontada a conceituação mais geral de tipo ideal, reservando-se para temas seguintes a caracterização das “Estruturas Típicas de Dominação”, e a análise de Weber sobre classes sociais e estamentos. Exatamente porque as duas contribuições, na verdade das mais importantes, devem ser comentadas em seu lugar próprio.

A expressão “tipo ideal” se refere a um recurso metodológico, utilizado pelos sociólogos, a partir de Weber, que “consiste em enfatizar determinados traços da realidade que permitam caracterizar uma conduta (...) até concebê-los na sua expressão mais pura e conseqüente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis” (Cohn. Op cit p. 8) Nesse sentido “tipo ideal” é um modelo construído para caracterização e análise da realidade empírica, e não um estereótipo construído a partir de características e atributos presentes, observáveis em determinado grupo social. Por esta razão eles não se confundem com a evidência observável. Eles também não são a idealização de comportamentos, no sentido do “dever ser valorativo”, mas são construídos a partir de condutas consideradas específicas, em uma determinada realidade histórica e social, problema ou período.

Essas condutas (comportamentos observáveis) são dotadas de um “motivo” que constitui o fundamento da ação, ou seu sentido, tanto para o agente quanto para o pesquisador. O sociólogo pode identificar certas regularidades nas ações, as quais se caracterizam por condições exteriores similares, e certos motivos subjetivos; tais regularidades se apresentam sob a forma de repetições (ou reiterações). Esse será o

material que permitirá ao sociólogo estabelecer relações típicas, ou a construção de “tipos ideais”, e a partir deles proceder a interpretação (essa fundamentada no conhecimento sociológico, evidentemente).

Assim, embora a expressão “patricinha” tenha por referência a garota, jovem, bonita, magra, “em forma”, que se veste na moda, e que tem um cartão de crédito poderoso, etc., esses aspectos exteriores poderiam ser considerados na descrição de um estereótipo, as “patricinhas”, mas não seriam apenas eles os considerados para a construção do “tipo ideal” patricinha: para isso seria necessário obter dados e informações relacionadas às condutas de consumo, sobretudo os respectivos motivos (para as garotas), além de se observar se tais motivos (ou fundamentos da ação) são frequentes, reiterados, e não individuais, e principalmente, o que explica (para a sociologia) esses comportamentos. Só então seria possível considerar “patricinha” um “tipo” de consumidora, compreender e interpretar esse comportamento dentre outras tendências de consumo.

3.3. Teoria da Burocracia: Tipos ideais

Weber destina boa parte do Vol. II de Economia e Sociedade para a discussão da burocracia, como forma de dominação, presente na empresa e no estado. Por dominação entenda-se o exercício de poder, porém não necessariamente autoritário, mas com assentimento do Outro. Isto significa que o exercício de poder, cuja forma mais simplificada seria a de tomada de decisão sobre o outro, apesar da resistência dele, na estrutura burocrática o exercício de poder está atenuado: não se trata apenas da “obediência”, mas de uma relação social, que pressupõe reciprocidade. Por isso Weber considera a dominação burocrática a representativa do estado democrático e da empresa moderna.

Isto significa que a burocracia moderna é pautada por “funções específicas” (Weber, 1977: 716) e atribuições estabelecidas por regulamentos, a saber: a) divisão de tarefas e atribuições, fixas, metódicas, destinadas à eficiência no atendimento às finalidades; b) normatização de origem diversa, religiosa, jurídica ou administrativa, e regulamentação de deveres e competências para desenvolvimento dessas atividades; c) em função dessa divisão ordenada de atividades, instalam-se cargos nomeados segundo princípios de competências, direitos e deveres, aos quais correspondem condutas estabelecidas. Assim, o modelo de burocracia pressupõe uma hierarquização funcional, conseqüentemente, na vacância de um cargo medidas de caráter estatutário ou regulamentado proverão a substituição de pessoas.

Esse modelo, comum na administração moderna, pressupõe a existência de uma modalidade específica de autoridade, a proveniente do cargo (ou posição na hierarquia) e não da pessoa que o ocupa, embora no cotidiano, as duas fontes de poder e autoridade se mesquem. Desse modo, aquele que exerce um cargo, e desempenha uma função no conjunto do ordenamento, recebe a designação genérica de “funcionário”, e em geral conta com alguma formação específica ou especializada.

Note-se que burocracia para Weber implica *ordenamento racional* das práticas adotadas, portanto o conceito não remete ao acúmulo de funções e rotinas que, em geral, comprometem a eficiência dos serviços (máximo de objetivos atingidos com mínimo de recursos e meios comprometidos). O ordenamento das práticas implica sentidos sociais que refletem a dimensão histórico-cultural e econômica das articulações. Conseqüentemente, burocracia remete a uma *estrutura de exercício de poder*, com implicações sociais, econômicas e políticas que atribuem aos casos concretos perfis especiais, e conseqüentemente sentidos.

Weber distingue três tipos ideais de estrutura de dominação, reservando para o último da designação “racional, burocrática”, mas isso não significa que nos dois outros modelos “típicos” não haja a formação de mecanismos de ordenamento pelos quais o poder se exerce. Note-se que o autor não está se referindo à liderança como exercício de práticas individuais, ou maneiras pessoais de exercer poder, mas ao ordenamento, ou estrutura.

a) *Estrutura tradicional* ou patriarcal caracteriza-se pelo poder exercido em nome da tradição, do senhor (*dominus*, daí vem a palavra dominação). Trata-se do poder exercido pela autoridade da posição, tem características autoritárias (óbvio), mas também pode combinar o convencimento pela afetividade. A substituição do líder tradicional se faz pelo seu sucessor de sangue, de família, ou por ele escolhido, mediante critérios que o reproduzem no cargo (diga-se de passagem, raramente o sucessor preserva a tradição). Veja algumas frases usuais nessa dominação tradicional: “Meu chefe age como um pai para mim”, ou então, “Nós somos na empresa como uma família, você não pode me decepcionar”. O leitor já ouviu ou disse algo semelhante? Pois é...

b) *Estrutura carismática* caracteriza-se pelo poder exercido como um dom pessoal (carisma) de quem o exerce. O chefe nesse caso costuma preferir ser chamado por “líder” e acredita piamente que “liderança” é um dom (de preferência divino). Ele tem grande capacidade de persuasão, de comando, é um estrategista e sabe utilizar a tática na condução dos conflitos, até certo ponto, desde que não signifique perda, ou abalo na sua liderança. Consegue obter a colaboração de todos em seu nome, e não necessariamente em relação às tarefas a serem realizadas. Em geral ele seleciona um grupo, “o dos mais próximos” para delegar tarefas, sempre com sentido pessoal. Estabelece um sistema de vigilância, de controle dos comandados, para se manter sempre informado “de tudo que está rolando”. Sua sucessão é extremamente complicada, pois “ninguém” poderá substituí-lo, isto é o que ele supõe. Algumas frases usuais nesse modelo são: “Meu chefe é demais, não sei como ele consegue levar a empresa nas costas, só ele mesmo!”, ou então, “Você está sob minha proteção nesse departamento, aqui somos todos por um...” A liderança carismática se faz pela sedução, ela não é racional, no sentido exato do termo...

c) *Estrutura burocrática ou racional legal*, segundo Weber a forma de dominação mais adequada ao Estado e à empresa moderna. A liderança é substituível porque se apóia em normas e regulamentos da empresa, preserva a identidade das pessoas, mas o pressuposto é o cumprimento das normas. O poder se baseia na eficiência, nos resultados obtidos mediante práticas racionais (com relação aos fins e meios). Essa estrutura pressupõe a motivação racional (segundo regras do mercado), portanto uma carreira profissional baseada no mérito. Na relação com o exterior (contribuintes, clientes) a formalidade e o anonimato são fundamentais, ou seja, todos serão atendidos do mesmo modo (que pode ser afável); os privilégios, fora aqueles atribuídos ao mérito, são estranhos a essa estrutura. “Sr Fulano, tendo em vista o resultado das vendas de seu departamento, e conforme antes anunciado, a XYZ está proporcionando ao senhor e sua equipe um jantar comemorativo” Se você, leitor, trabalha em uma empresa assim, você tem sorte!

4. Karl Marx (1815-1883) e o materialismo histórico dialético



Karl Marx (1815-1883)

Muito já foi dito sobre o ambiente social e político em que viveu Marx, de expansão do capitalismo, miséria dos operários, e também sobre as influências intelectuais que sobre ele foram exercidas, a começar pela obra de Hegel. Essencial a toda sua obra está uma proposta básica, preocupação constante do cientista, filósofo e homem político, que foi sintetizada em um fragmento do texto conhecido como Teses sobre Feuerbach: “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente, trata-se, porém de transformá-lo.” (Marx: OE III, 1963, p. 210) Essa concepção de transformação dista radicalmente daquela antes apontada por Augusto Comte: não se trata de uma “ciência” capaz de intervir na realidade, mas da práxis, conceito complexo, ao qual foram atribuídas várias concepções e leituras. De qualquer forma, a práxis não é uma ciência, mas um projeto e processo de ação coletiva, político, do qual participam todos.

Henri Lefebvre comenta a respeito da proposição “As duas formas contraditórias da especulação filosófica, na medida em que estão separadas da práxis, encontram-se na filosofia ultrapassada (...). A vida social é essencialmente práxis e os mistérios especulativos encontram a sua solução na compreensão desta práxis”. (Lefebvre: 1958, pp7-21) Essa relação entre pensamento e práxis suscitou inúmeras discussões, tanto no plano político partidário, quanto no plano teórico filosófico; nas ciências sociais essa relação ainda abrangeu discussões no âmbito teórico, e da investigação empírica. Tais discussões, que eram significativas há 50 anos, hoje foram superadas pelo tempo, mas de qualquer forma escapariam ao interesse desse texto.

No ano do centenário da morte de Marx (1983) Florestan Fernandes publicou um artigo sobre Marx, cujas idéias centrais valem ser recuperadas, permanecendo atuais: de início ele se reporta à crise do marxismo, e à idéia (até hoje corrente) de que “Marx está superado, independentemente do valor intrínseco de suas idéias” (Fernandes: 1983, p. 125).

Na verdade, afirmações dessa natureza parecem corresponder a uma concepção, grosso modo, religiosa do pensamento de Marx: pessoas imaginam que, se ele “disse a verdade”, suas “revelações” deveriam se manifestar no cotidiano, mas ao contrário, o “socialismo acabou”, e o capitalismo se mostrou “mais adequado à natureza humana”. Tais afirmações pertencem ao senso comum, são defendidas como “evidentes” para propósitos políticos, e em geral, por pessoas cuja leitura de Marx não passou da “orelha” de algum livro de divulgação, ou na melhor das hipóteses, não ultrapassou o Manifesto Comunista (também um panfleto de divulgação).

Da perspectiva filosófica e das ciências sociais, deve-se reconhecer que essas afirmações “deixam de lado o fato (óbvio) de que Marx analisou as condições objetivas de formação do capitalismo de sua época, portanto “as idéias de Marx valem, tanto teórica

quanto praticamente”, para aquela época. E completa Fernandes, no artigo citado: “Seria inútil pretender enfiar a realidade em fórmulas que não possuem mais existência real”. Para isso seria necessário elaborar uma nova teoria, mas mantendo certas premissas do pensamento de Marx. (Fernandes: 1983, p. 125).

Deve-se levar em consideração que a investigação de Marx sobre o capitalismo não se resumiu à descrição das condições de uma dada temporalidade ou espaço geográfico, e também não foi instaurada como “novidade”. Ela estabelece diálogo permanente com a teoria econômica (Adam Smith, Ricardo, dentre outros), portanto se as idéias e análises contidas em sua obra sofreram desgaste pelo desenvolvimento da filosofia e das ciências, e pela emergência de peculiaridades do capitalismo contemporâneo, o mesmo argumento é válido para todas as grandes teorizações, inclusive as citadas.

Contudo, diz Florestan: “se Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar ‘suas idéias’ se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política, o exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes sociais e a dominação de classe, etc. tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu “ (Fernandes: op cit p126)

Sob essa perspectiva, a da persistência das condições capitalistas no capitalismo, (que é uma tautologia, como “desceu para baixo”), a análise do pensamento de Marx apresenta grande atualidade, não se tratando de uma “referência intelectual e histórica” simplesmente, embora em alguns aspectos tenha sido superada, e em outros continue a se desdobrar nas posturas contemporâneas das ciências sociais e da comunicação.

4.1. O materialismo histórico dialético

No Prefácio à Crítica da Economia Política, publicado em 1859, Marx sintetiza o fio condutor de seus estudos, dizendo: “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, *relações de produção* estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas e materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O *modo de produção material* condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual.”(Marx, 1982:pp.25)

“Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”. Obviamente toda produção implica em apropriação, e, portanto formas de propriedade. “Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada de propriedade, a propriedade privada”, isto porque formas de propriedade comunal existiram em várias culturas, e por milênios. Por decorrência, é importante reconhecer (o que os economistas burgueses não fazem) que “cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. (...) [eles se esquecem de que] o direito do mais forte sobrevive ainda sob outra forma em seu Estado de Direito.” (Marx: 1982, p. 6)

Considerando modo de produção como essa “totalidade das relações de produção”, Marx focalizou na perspectiva histórica e geográfica, o modo de produção asiático, o antigo, o feudal, e burguês moderno. A passagem de um modo ao outro se dá porque “as forças produtivas materiais de uma sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade dentro das quais até

então tinham se movido”. Todavia, “as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para solução desse antagonismo”. (Marx op cit p. 26)

Nesse ponto já é possível assinalar uma diferença radical entre o pensamento de Marx e dos anteriores, inclusive Weber. A realidade social é vista por Marx em mudança, a história, portanto, não é uma instância fora da realidade, mas interna a ela. E não é um “fluir” do tempo, muito menos uma sequência de estágios, como pretendia A. Comte, mas um movimento, ele mesmo dotado de contradição, ou um movimento que se dá por contradição. Isto significa que, uma dada situação no presente não é imóvel ou estável, porque nela estão contidas condições do passado, e ao mesmo tempo as “sementes” do futuro.

Ao introduzir o movimento como dinâmica da história, e da realidade analisada, Marx assume a posição dialética, todavia ele não foi o primeiro a fazê-lo. Como foi apontado antes, Hegel já havia descrito a história como um movimento dialético de superação da irracionalidade, em direção à Razão e ao Espírito, daí a célebre frase, atribuída a Hegel: o real é racional; mas depois dele Feuerbach já apontara o caminho de uma dialética materialista, centrada no sujeito, na vida.

Mas então, o leitor pode se perguntar, “qual a diferença?” Para simplificar, pode-se dizer que a dialética hegeliana é idealista, ou seja, são as idéias, os conceitos racionais que constituem a realidade passível de ser pensada, a consciência, e quanto a Feuerbach, e outros materialistas, diz Marx: “O máximo a que chega o materialismo perceptivo [Feuerbach], é ao materialismo que não concebe a sensibilidade como uma atividade prática, é a percepção dos diferentes indivíduos da ‘sociedade civil’ (...) o do novo materialismo, [Marx] é à sociedade humana, ou a humanidade socializada”. (Marx: 1963 III, p. 210)

O problema apontado por Marx consiste no fato de que, mesmo tomando a realidade concreta, a vida como ponto de partida de um processo dialético, isso não significa eliminar os procedimentos lógicos explicativos de Hegel. O problema consistia, pois em encontrar o processo explicativo do movimento dialético das condições históricas, mas que não fosse criado por um exercício lógico. Diz Giannotti “O conceito de trabalho vem responder a essas dificuldades. Interpretado como a atividade material orientada por um projeto. (...) [porque] pelo trabalho podemos chegar a compreender o sentido de uma ação social, o alcance de suas conseqüências e sua transitoriedade intrínseca, sem precisar recorrer à finalidade divina.” (Giannotti:1985, p.21)

Mas agora surge outra dificuldade: como “situar” o processo de trabalho? A questão inclui um termo (situar) bastante comum em “sociólogos”: ele significa focalizar, entender, e às vezes interpretar algo (um processo, um comportamento, enfim um objeto de conhecimento) em relação a uma totalidade que lhe seja mais ampla, mas que ao mesmo tempo, o explique em relações fundamentais. Não ajudou? Veja leitor, o exemplo:

Sapatos produzidos no século XVI, no regime de corporação, outros produzidos no século XX em regime industrial avançado, outros ainda produzidos hoje em plena globalização (lembrar a Nike) são objetos produzidos por trabalho humano, empregando equipamentos e tecnologia em níveis variados, e com finalidade assemelhada (nenhum sapato foi destinado a cobrir e proteger as mãos, mas os pés). Contudo, como entender os três exemplos de produção de sapatos sem inserir (situar) cada um deles na totalidade (da economia e sociedade) em que foram produzidos? Nos três exemplos houve dispêndio de energia humana (trabalho), mas as condições que regiam esse trabalho eram distintas em cada um dos exemplos, assim também “os valores” atribuídos aos

sapatos produzidos, ao trabalho, destinação da produção em relação ao mercado, etc.

Portanto, voltando à questão anterior, o processo de trabalho, embora seja explicativo das transformações sociais e históricas, deve ser “situado” em relação à totalidade que lhe atribui sentidos, condições, limites etc. só assim será possível comparar as evidências empíricas (os três exemplos de sapatos) e perceber as implicações dialéticas do processo. E qual o procedimento de Marx? Novamente ele responde a essa questão, expondo seu pensamento: “São sempre indivíduos determinados, com uma atividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. É necessário que, em cada caso particular, a observação empírica mostre nos fatos, e sem qualquer especulação ou mistificação, o elo existente entre a estrutura social e política e a produção”. (Marx: IA vol.1, pp. 24)

E ele ainda amplia sua colocação, para aspectos profundamente importantes para as áreas de comunicação: “A estrutura social e o Estado resultam constantemente do processo vital de indivíduos determinados, mas não resultam daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmos, ou perante outros, e sim daquilo que são *na realidade*, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente (...) independentemente de sua vontade”. (Em itálico no texto: Marx: op cit. passim)

Essas condições, que dizem respeito à dinâmica interna do capitalismo, são elas que justificam a colocação de Marx: “Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como processo histórico natural, exclui, mais que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações das quais ele continua sendo socialmente criatura, por mais que subjetivamente se julgue acima delas” (Marx: K vol 1, p.6)

Nessa proposição Marx estabelece relação entre as condições materiais “concretas” da vida dos homens (forças produtivas e relações produtivas) e a estrutura social, política e Estado (superestrutura). Então ele amplia o alcance da proposição, para atingir o modo como os homens se pensam, a si próprios, aos Outros e ao mundo. Em uma frase de síntese, diz ele: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. (Marx: op. cit. p. 26). Esse vínculo entre a vida real (as condições materiais de existência) e as idéias e políticas é fundamental ao pensamento de Marx, como foi apontado no início deste texto, vindo daí o conceito de ideologia e outras decorrências como formas de consciência, etc.

Marx não está pensando na consciência pura, muito menos na cristã (marcada pela noção pecado original), mas na linguagem! Diz ele “A linguagem é tão velha como a consciência: é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, e que, portanto existe igualmente só para mim e, tal como a consciência, só surge com a necessidade, e exigências dos contatos com os outros homens. Em uma frase de rodapé, ele sintetiza: a minha consciência é a minha relação com o que me rodeia”. (Marx IA 1,p. 36)

Logo, o discurso teórico, e da prática que constrói a realidade econômica e política, vem a ser um modo particular de expor para o Outro (receptor) uma “dada realidade”, sem grandes compromissos com a “verdade dos fatos”, mas com interesses de outra natureza, ou como ele o diz, com o mundo que rodeia o emissor, do modo como ele o vê. Nas análises de Marx sobre a economia capitalista, especialmente sobre o pensamento dos autores clássicos, fica bastante clara sua intenção de “desmascaramento” das “mistificações”. Isto não significa que ele próprio não tenha em outros textos, outros discursos, procedido de forma semelhante, na “exposição da verdade dos fatos”. A grande diferença reside na coerência teórica e empírica com que fundamenta suas construções.

Por exemplo, na análise da produção, Marx afirma que “a produção em geral é uma abstração, mas razoável”, todavia ela é um complexo de determinações distintas, que precisam ser separadas para análise, e estabelecimento de diferenças correspondentes às épocas e condições distintas. Não se deve esquecer a diferença por causa da unidade, decorrente de ser a natureza e o sujeito (humanidade) os mesmos. Contudo “esse esquecimento é responsável por toda a *sabedoria* dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo”. (Marx: 1982, p.5, o grifo é nosso)

Ao introduzir sua análise crítica da Economia Política (Marx: 1982), Marx afirma que as chamadas “condições gerais de toda a produção” são abstrações que não explicam o grau histórico efetivo da produção. Conseqüentemente, ele principia por focalizar as relações internas entre produção, distribuição troca e consumo, mostrando quais aspectos “os economistas” deixaram de apontar, quando operam com abstrações generalizantes. Com relação à abstração do trabalho (trabalho em geral), ele aponta que ela só é válida quando o trabalho se converteu em um meio de produzir riqueza em geral, deixando de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Essa condição só aparece na sociedade burguesa, embora o trabalho tenha sempre existido.

Assim, na análise do modo de produção capitalista, Marx parte do processo de trabalho como a atividade do homem que “opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho (...) processo se extingue ao concluir-se o produto (...) o trabalho está incorporado ao objeto (...). O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora em quantidade fixa, na forma de ser, do lado do produto (...) do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho é trabalho produtivo”. (Marx:1980 1: p. 205)

O resultado do processo de trabalho como valor de uso, pode integrar vários trabalhos anteriores, igualmente valores de uso, sendo que estes são considerados meios de produção do primeiro. Por exemplo, os fios de algodão para fabricação de jeans. Mas, como o próprio Marx alerta, em nota ao texto, essa conceituação de trabalho produtivo não é de modo algum adequada ao processo de produção capitalista, “porque a produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia”. (Marx: 1980 Vol 2, .584)

Nessas condições, o trabalhador se torna um órgão do trabalhador coletivo, (em uma linha de montagem, por exemplo) executando uma de suas funções. Ele deve produzir *mais valia*, não importa onde (seja em uma linha de montagem, seja em um SPA), mas sempre contribuindo para expansão do capital. Mas, o que significa mais valia? Deve estar se perguntando o leitor.

Ao ser contratado por uma empresa, o trabalhador sabe que estará sujeito a um regime de 8 horas de trabalho diárias, em 30 dias, e descanso remunerado. Durante suas horas de trabalho ele produzirá mercadorias que têm ao mesmo tempo, valor de uso e de troca. Sua força de trabalho foi assim alienada para a empresa, como mercadoria, tornando-se um valor de uso como os demais, que serão envolvidos na produção; para o trabalhador ela também se tornou uma mercadoria com valor de uso e de troca (contudo não será ele a determinar esse valor em termos de moeda), que lhe permite sobreviver, adquirindo produtos necessários para ele e seus dependentes. Um primeiro aspecto da mais valia reside na diferença entre a quantidade de horas efetivamente trabalhadas, e no valor (de troca) dos produtos resultantes desse trabalho.

Se o trabalhador se perguntar quanto de seu tempo de trabalho corresponde ao

valor das mercadorias produzidas, ele vai constatar que na verdade, o valor desses produtos supera em muito o valor atribuído ao trabalho socialmente necessário à sua produção. Esse excedente em horas trabalhadas (sobretrabalho) não foi remunerado, e nem poderia ser, uma vez que se trata de uma dinâmica própria do capitalismo. Uma parcela desse excedente será utilizada pela empresa para assegurar a produção futura, a outra parcela vai estar embutida no lucro.

Isto significa que o trabalhador produziu com seu trabalho uma parte para sua sobrevivência, e outra parte para a expansão do capital da empresa (acumulação), parcela que será integralizada no lucro. Mas há outro aspecto importante: o trabalho envolve produtos que chegam à empresa sob a forma de “matéria prima” e “insumos”, produtos que foram “produzidos” no mesmo regime (de *mais valia*); o trabalhador vai agir sobre esses produtos, fazendo com que o “trabalho morto” que ali está contido volte a produzir valor, portanto, o “trabalho vivo” daquele trabalhador vai “ressuscitar” o “trabalho morto” que ali está fazendo com que ele produza valor mais uma vez.

Até aqui foi descrita a realização do que Marx denomina *mais valia absoluta*, ou seja, “o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho, com a apropriação pelo capital [do] trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista, e o ponto de partida da produção da *mais valia relativa*”. (Marx: K vol. 2 p.585)

Esta última corresponde ao modo de produção tipicamente capitalista, industrial, no qual a “estimativa” do trabalho socialmente necessário (para a produção e para a sobrevivência do trabalhador) já se encontra estabelecido, no qual métodos e técnicas de organização produtiva são empregados para elevar a “produtividade” do trabalho, ampliando assim sua lucratividade. Nesse sistema, observa-se “a sujeição real do trabalho ao capital”. (Marx: idem) Essa sujeição tem implicações sociais significativas, refletindo na vida das pessoas, mas ela tende a se ampliar dado o crescimento das populações, e diminuição da demanda de trabalho humano, dando origem à constituição de um “exército industrial de reserva”, cuja existência favorece a manutenção dos salários em baixa.

Em meados do século XIX Marx descreveu as implicações do progresso da produtividade do capital, cujas linhas gerais se aplicam às condições observadas no capitalismo contemporâneo, especialmente no terceiro mundo: “Graças ao progresso do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental emprega o trabalhador (...) esta lei se transmuda na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital” (Marx: 1980, vol 2, p. 748)

Essa lei, que mantém o exército industrial de reserva, “determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, (...) ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”. (Marx: op cit. p.749) Nas condições do capitalismo contemporâneo, a descrição realizada por Marx há quase um século e meio se reflete no processo que no Brasil recebeu o nome de “exclusão social”, cuja análise será objeto de outro tema desse curso.

Todavia, pode-se pensar que, sendo a sociedade contemporânea “uma sociedade de assalariados”, na feliz expressão de Giannotti (1984, p. 361) “todos os seus agentes

comparecem como proprietários de uma riqueza em constante crescimento”, a força de trabalho de um lado, e as ações ou produtos do empresário de outro. Mas é enganoso pensar assim, pois a produtividade das empresas não consiste no somatório da produtividade de seus trabalhadores, mas é medida por “seu outro, pelo jogo das outras empresas na conquista do mercado, de acordo com os limites da demanda efetiva” (Giannotti: idem)

Isto significa que, para as empresas a política salarial será sempre a de manter os salários no nível mais baixo possível, embora em situação de monopólio, empresas possam ser lucrativas pagando salários altos. Conseqüentemente, o trabalho não é medido em relação a sua produtividade, mas tendo como referência objetiva um comum articulado pelo mercado, nesse sentido a produção pelo valor do trabalho, mede o trabalho vivo pelo trabalho morto. Dessa forma, instala-se um controle do trabalho vivo, ou seja, do “valor” de “venda” da força de trabalho, fora da possibilidade de o trabalhador interferir.

Considerando-se que “valor é representação e controle da produção “(idem), a produção de valor será a reiteração permanente dessa forma, independentemente da figura assumida pelo capital, mas tendendo sempre a uma produtividade média, porém oscilante, na qual se refletem as formas aparentemente distintas do capital (financeiro, industrial, terra, etc.) bem como as “nacionalidades” (inglês, americano, japonês etc.)

Nos meios corporativos e empresariais contemporâneos instaurou-se um “saber prático”, voltado à preservação e expansão da lucratividade, que afeta não somente as práticas empresariais de controle, como igualmente configurações especiais, qualitativas e quantitativas para a força de trabalho. Por seu turno, os indivíduos se habilitam (ou buscam se habilitar) para a inserção nesses meios, tratando de assegurar diferenciais de formação. Tais processos se refletem nas faixas de salário, bem como na diversidade de formas de contratação. Os mesmos processos afetam diretamente a composição e dinâmica das classes sociais surgidas no capitalismo, inclusive nas formas tardias, como o capitalismo brasileiro, mas essa é outra história...

4.2. Classes Sociais, estrutura de classes

O conceito estrutura de classe tem origem no pensamento de Marx, em sua exposição teórica sobre o modo de produção capitalista (MPC), que é marcado pela relação entre capital e trabalho, relação antagônica, em cuja base, para simplificar, persiste a apropriação econômica, sob a forma de mais valia, e por decorrência, instala-se a dominação política. Essa relação de antagonismo entre capital e trabalho, no capitalismo industrial é exercida por dois agentes fundamentais: burguesia e proletariado. Essas seriam as classes sociais em luta no MPC, do ponto de vista teórico, mais geral.

Marx, no Manifesto Comunista, aponta a relação de antagonismo entre classes, e Lênin considerou-a como “fio condutor da história”. Nas palavras de Marx, “até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias [1847] tem sido a história da luta de classes” O elemento fundamental para caracterizar esse processo de luta de classes reside na opressão exercida por um segmento dominante em relação a outros, a maioria dominada, e Marx exemplifica: “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos”. (Marx: 1956, p. 21-22). F. Engels, em nota ao texto da edição inglesa, caracteriza o que seria, no capitalismo de seu tempo [1888], a burguesia e o proletariado: “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados dos meios de produção próprios, se

vêm obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”. (Marx: op. cit.p.21)

Essa caracterização, como pode ser visto, tem por referência a inserção no modo de produção, ou para facilitar, na economia, e por isso, independentemente das épocas históricas apontadas, instalam-se as oposições. Mas a nota de Engels fala explicitamente de “capitalistas modernos” e “trabalhadores assalariados”, isto significa a não existência de classes em luta, por exemplo, no regime feudal? Não é bem assim, e por vários motivos, sendo o mais importante, o fato de os antagonismos se colocarem *na relação das classes entre si*. Mas não pode ser esquecido o fato de o texto do Manifesto ter como referência o capitalismo industrial europeu.

Quem esclarece essa questão é Lênin, ao comentar a contribuição do marxismo à sociologia e vice-versa:

”O marxismo abriu caminho ao estudo (...) das formações econômico-sociais, examinando o *conjunto* das tendências contraditórias, *ligando-as às condições de existência e de produção*, exatamente determináveis, *das diversas classes da sociedade*; afastando o subjetivismo e o arbítrio na seleção das diversas idéias ‘dominantes’ ou na sua interpretação, revelando as raízes de todas as idéias e todas as diferentes tendências, sem exceção, no estado das forças produtivas materiais. (...) Quais são as condições objetivas da produção da vida material nas quais se baseia toda atividade histórica dos homens?” (Lênin: 1979, I, p.12)

Colocando de lado o exagero na linguagem, sobressaem três aspectos importantes no fragmento citado: a) a relação entre idéias e condições de existência, a partir do conjunto das relações, nas condições de existência e produção, para o estudo das formações econômico-sociais; b) o reconhecimento de ‘diversas classes sociais’; c) a relação entre idéias e tendências do estado das forças produtivas materiais. O primeiro aspecto alerta para o exame das forças sociais em conjunto, como requisito na análise sociológica das formações sociais; o segundo é o reconhecimento de diversas classes sociais em uma dada realidade histórica, portanto no âmbito de estudos específicos das relações sociais; o terceiro, e mais complexo, incide sobre a questão da “determinação” .

O que significa isso, *determinação*? Em poucas palavras, que as idéias, as tendências de pensamento são relacionados às condições históricas e econômicas em que apareceram. E que as pessoas, nas condições concretas de existência tendem a esposar idéias relacionadas a essas condições de existência. Isso não quer dizer que as pessoas estão condenadas a assumir tendências de pensamento correspondentes ao seu lugar na ordem produtiva, mas que existe uma tendência para isso. Do ponto de vista da sociedade como um todo, também se aplica o conceito determinação e seu desenvolvimento, sobredeterminação, referindo-se ambos às relações historicamente complexas entre as instâncias: econômica, política, ideológica.

Todos esses comentários (desculpe-me se cansaram o leitor) têm por objetivo mostrar que o conceito classe social é bem mais complexo do que parece à primeira vista, o mesmo pode ser aplicado às expressões estrutura de classes e formação social. Em princípio são conceitos teóricos, que servem como referência em pesquisas, análises e interpretações de momentos históricos específicos. Mas exatamente por isso, ao serem utilizados na análise de situações, esses conceitos se desdobram, adquirindo especificidades, ou permitindo nomear e interpretar as “condições concretas da concreta situação”. O leitor deve estar se perguntando: “Depois de tudo isso, o que é classe

social?” Uma clara referência vem de Lênin:

“Chama-se por classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada por leis) com os meios de produção; pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social.” (Lênin: 1979 vol.3, p.150)

Pelo exposto a classe se constitui na relação de exploração (de onde surgem os antagonismos), mas em outro texto Lênin torna clara essa relação ao se dirigir à juventude:

“E o que são classes em geral? São aquilo que permite a uma parte da sociedade apropriar-se do trabalho da outra. Se uma parte da sociedade se apropria de toda a terra, temos as classes de latifundiários e dos camponeses. Se uma parte da sociedade tem as fábricas, tem as ações e os capitais, enquanto outra trabalha nas fábricas, temos as classes dos capitalistas e dos proletários”. (Lênin: op.cit. p.392)

Esclarecido o que seja classe social (espero), deve-se retomar o ponto anterior, aliás, fundamental, que pode ser colocado nos seguintes termos: se as classes existem na história, elas não são imóveis, mas em movimento, em contradição (dialética), quer dizer então que em um dado momento da história em que os interesses do capital são subdivididos, e até contraditórios (latifundiários, industriais, exportadores, importadores, por exemplo) as classes também se subdividem? Sim, podem se dividir, e tem mais, o mesmo processo pode acontecer com os trabalhadores!

Essas divisões integram o processo de luta de classes, desde que as classes tenham consciência de si (se apercebam como classe, em si), mas que também se situem para si, ou seja, se apercebam como sujeitos em um processo que tanto é econômico, quanto político, quanto social, cultural, e por tudo isso, um processo histórico. Embora as classes sejam relacionadas à inserção no modo de produção, e por isso as ações desses grupos sejam marcadas pela dimensão estrutural das relações de produção, isto não significa que haja determinação de uma instância sobre a outra.

4.3. Ideologia e alienação

Nas páginas iniciais desse texto foi mencionado o conceito de ideologia, como o conjunto de idéias que circulam na sociedade, em dado momento histórico (econômico e político), idéias que explicam a ordem social e a justificam, portanto essas idéias tendem a preservar a ordem, a ocultar as contradições presentes, ou então, a justificá-las em relação aos valores implícitos e inerentes a essa mesma ordem.

Um exemplo que pode ser dado remete aos tempos da ditadura militar, quando o então Ministro Delfim Neto justificava o “arrocho salarial” com a frase “é preciso fazer crescer o bolo (economia) para então dividi-lo”. Ora, o “crescimento” da economia não conduziu à distribuição de renda, e nem era esse o propósito da política econômica de

então.

O emprego da palavra ideologia é complicado, uma vez que, a rigor, dela fazem parte as ciências, parte significativa da filosofia, o direito, boa parte da compreensão da arte, e das justificativas das políticas educacionais. Por quê? Simplesmente porque essas idéias tendem a preservar a ordem social em que foram elaboradas, conseqüentemente elas carregam sentido conservador, ou no máximo, reformista, por mais críticas que possam parecer.

Contudo, a palavra ideologia também é empregada para abranger uma concepção de mundo e do sujeito no mundo, uma análise do presente tendo em vista o futuro, e a concepção de linhas de ação (práxis) convergentes para esse futuro. Nesse sentido ideologia abrange um conjunto de idéias e de práticas destinadas à transformação da sociedade, seja pela força das armas ou não. Ainda nesse sentido ideologia integra um projeto político transformador.

4.4. Alienação

Há vários sentidos para a palavra alienação, sendo o mais comum o entendimento de separação, apartamento da realidade, um estado presente na esquizofrenia, ou divisão entre o mundo e o sujeito, por um espaço intransponível e simbólico.

Partindo desse entendimento, a palavra em Marx vai remeter para a separação entre trabalhador e seu trabalho, cujo “produto” será apropriado pelo Outro sob a forma de capital. De tal sorte essa separação é radical que o trabalhador (não importa o nível) passa a se identificar pelo trabalho que realiza, e que é alienado a outrem. Ele deixa ser a si mesmo para “ser” aquilo que faz, para “ser” o gerente, o fiscal, etc.

Dessa origem decorre o conceito de alienação mais comum empregado no cotidiano, para designar a identificação de uma classe ou segmento social com os valores e interesses da outra, situada na contradição. Grosso modo esse emprego da palavra remete para o contingente assalariado que se identifica com os interesses do capital.

Finalmente, a palavra também remete para uma dada “coisificação” das pessoas e de suas vidas, um processo denominado “reificação”, que implica em se ver, ou ao Outro, como “coisa”, simples portador de atributos materiais (produtos) que o identificam. Na verdade, esse sentido de alienação (reificação) é bastante utilizado na publicidade: recentemente um comercial de carro apontava que a pessoa do consumidor se tornava invisível, inclusive no escritório, sem o carro!

Referências bibliográficas

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: Fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____, Gabriel (org). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1979 b.

COMTE, Auguste. *Cours de Philosophie Positive* [CPP] 6ª ed. Paris: Schleicher Frères, 1904/1934. In Morais Filho, Evaristo de (org.). *Auguste Comte*. São Paulo: Ática 1978.

_____. *Opuscules sur La philosophie sociale*. [OPS] Apêndice ao 4º vol de *Système de politique positive*. 5ªed. Paris, Société Positiviste, 1929. In Morais Filho, Evaristo de (org.). *Auguste Comte*. São Paulo: Ática 1978.

DURKHEIM, Emile. *O que é fato Social? As Regras do Método Sociológico*, 6ªed. São Paulo Cia Editora Nacional. In Rodrigues, Albertino (org.) *Emile Durkheim*. São Paulo: Ática, 2ª ed. 1981.

- _____. Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado. São Paulo: EDUSP, 1983.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1972.
- _____. *Nós e o Marxismo*. São Paulo: Nova Escrita, 1983. pp. 125-146.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da Dialética do Trabalho: Estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- _____. *Trabalho e Reflexão: Ensaio para uma dialética da sociabilidade*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. *Materialismo Dialético e Sociologia*. Lisboa: Presença, 1958.
- LÉNINE, V.I. *Obras Escolhidas*. 3 Tomos. São Paulo: Alpha-Omega, 1979.
- MARX, K. & Engels, F. *Obras Escolhidas*, 3 Vols. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- _____. *A Ideologia Alemã* (2 vols.) Lisboa: Presença, sd.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. In *Obras Escolhidas* (OE), vol2. São Paulo: Vitória, 1963.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. In *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política* (6 vols) [K] Volume1: *Processo de Produção do Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *O Capital, Crítica da Economia Política* (6 vols) [K] Volume 2 *O Processo de Produção Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- WEBER, Max. *A Objectividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1979. e In Cohn, Gabriel (org.) *Max Weber 1979 b*, pp.79-127.
- _____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- _____. *Ensayos sobre Metodología Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- _____. *Economia y Sociedad* 2vols. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977.

Referências Virtuais

Hegel. www.mundodosfilosofos.com.br/hegel

Marx. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>

H. Spencer. *Do Progresso, sua lei e sua causa* <http://www.ebooksbrasil.org>